



E-BOOK

Revisão de Véspera

SEE MG

**ANALISTA EDUCACIONAL (ANE) -
Administrativo/Pedagógico**



1

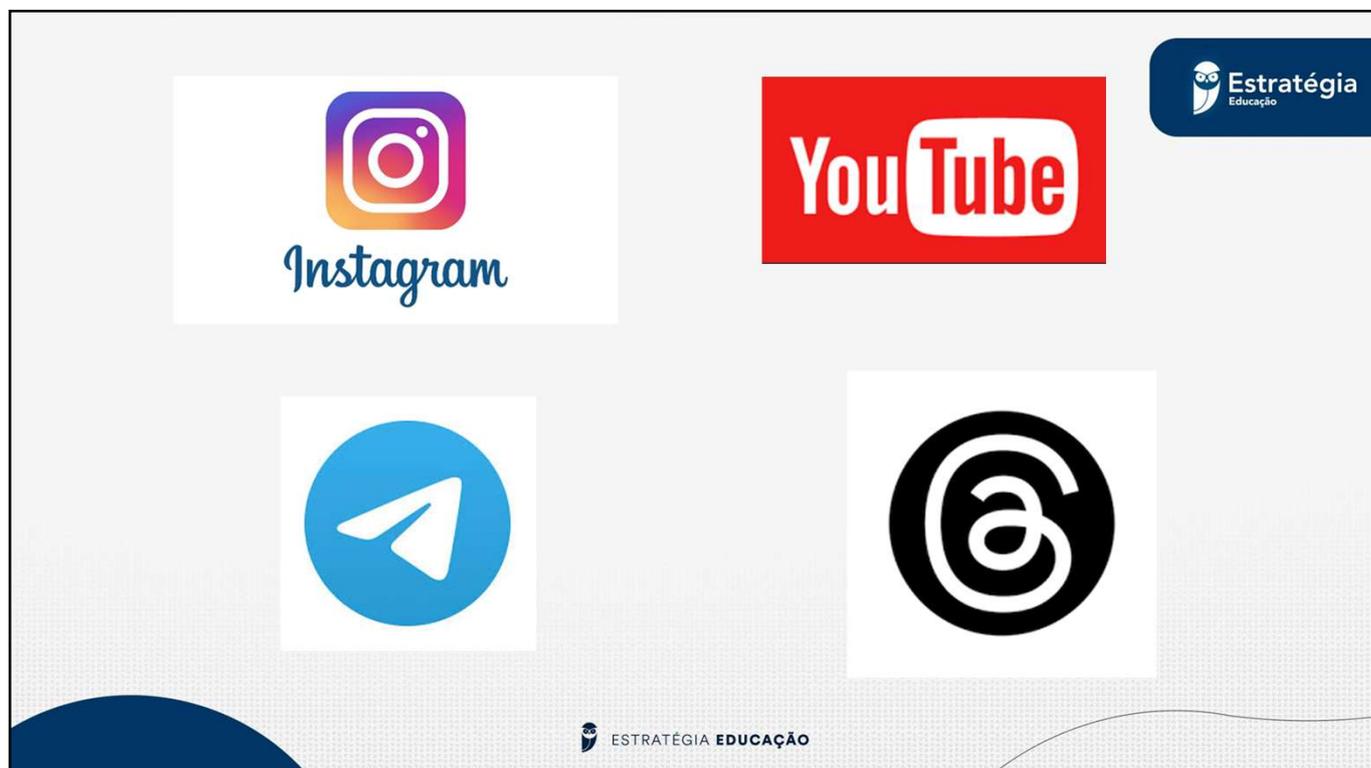


2

Redação Oficial

Prof. Felipe Luccas

3



4

CONSULPLAN

QUESTÕES

Consulplan / 2025



A arte de ser feliz

Houve um tempo em que a minha janela se abria para um chalé. Na ponta do chalé brilhava um grande ovo de louça azul. Nesse ovo costumava pousar um pombo branco. Ora, nos dias límpidos, quando o céu ficava da mesma cor do ovo de louça, o pombo parecia pousado no ar. Eu era criança, achava essa ilusão maravilhosa e sentia-me completamente feliz.

Houve um tempo em que a minha janela dava para um canal. No canal oscilava um barco. Um barco carregado de flores. Para onde iam aquelas flores? Quem as comprava? Em que jarra, em que sala, diante de quem brilhariam, na sua breve existência? E que mãos as tinham criado? E que pessoas iam sorrir de alegria ao recebê-las? Eu não era mais criança, porém a minha alma ficava completamente feliz.

Houve um tempo em que minha janela se abria para um terreiro, onde uma vasta mangueira alargava sua copa redonda. À sombra da árvore, numa esteira, passava quase todo o dia sentada uma mulher, cercada de crianças. E contava histórias. Eu não podia ouvir, da altura da janela; e mesmo que a ouvisse, não a entenderia, porque isso foi muito longe, num idioma difícil. Mas as crianças tinham tal expressão no rosto, e às vezes faziam com as mãos arabescos tão compreensíveis, que eu participava do auditório, imaginava os assuntos e suas peripécias e me sentia completamente feliz.

Consulplan / 2025



Houve um tempo em que a minha janela se abria sobre uma cidade que parecia feita de giz. Perto da janela havia um pequeno jardim seco. Era uma época de estiagem, de terra esfarelada, e o jardim parecia morto. Mas todas as manhãs vinha um pobre homem com um balde e, em silêncio, ia atirando com a mão umas gotas de água sobre as plantas. Não era uma rega: era uma espécie de aspersão ritual, para que o jardim não morresse. E eu olhava para as plantas, para o homem, para as gotas de água que caíam de seus dedos magros e meu coração ficava completamente feliz.

Mas, quando falo dessas pequenas felicidades certas, que estão diante de cada janela, uns dizem que essas coisas não existem, outros que só existem diante das minhas janelas e outros, finalmente, que é preciso aprender a olhar, para poder vê-las assim.

(MEIRELES, Cecília. Escolha o seu sonho. 4. ed., Rio de Janeiro: Global Editora, 2016.)

Consulplan / 2025



Pode-se afirmar que a narradora-personagem faz, através da “sua janela”, uma leitura de mundo:

- A) Ingênua.
- B) Subjetiva.
- C) Enigmática.
- D) Despretensiosa.

Consulplan / 2025



Através do título do texto – “A arte de ser feliz”, pode-se inferir que, segundo a autora, a felicidade:

- A) É uma jornada de autoconhecimento e reflexão sobre o significado da vida.
- B) É a celebração da inocência, da identificação da beleza através da realidade do sofrimento.
- C) Trata-se de um processo de aprimoramento; uma filosofia de vida que sustenta a paz interior.
- D) Pode ser encontrada na simplicidade da vida; exterioriza a importância de valorizar os pequenos momentos.

Consulplan / 2025



De acordo com as regras de acentuação gráfica, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) As expressões “*chalé*” (1º§) e “*só*” (5º§) são consideradas palavras oxítonas.
- B) As palavras “*silêncio*” (4º§) e “*espécie*” (4º§) são acentuadas pela mesma razão.
- C) “*Época*” (4º§) é uma palavra proparoxítona, ou seja, possui a antepenúltima sílaba como tônica.
- D) As palavras “*histórias*” (3º§) e “*compreensíveis*” (3º§) obedecem ao mesmo motivo de acentuação.

Consulplan / 2025



A alternativa em que o termo destacado **NÃO** pertence à mesma classe gramatical dos demais é:

- A) “velha casa” (4º§).
- B) “mais moça” (4º§).
- C) “imenso cajueiro” (2º§).
- D) “antigas recordações” (1º§).

Consulplan / 2025



Assinale o item em que a mudança de posição do adjetivo em relação ao substantivo NÃO acarreta sensível alteração semântica.

- A) “*coisa alguma*” (2º§).
- B) “*corredores certos*” (7º§).
- C) “*tortuosa linguagem*” (5º§).
- D) “*companheiras velhas*” (1º§).

Consulplan / 2025



As palavras destacadas têm a função de caracterizar um nome nas seguintes frases, **EXCETO**:

- A) “Nesse ovo costumava pousar um pombo branco.” (1º§)
- B) “Eu era criança, achava essa ilusão maravilhosa [...]” (1º§)
- C) “[...] onde uma vasta mangueira alargava sua copa redonda.” (3º§)
- D) “Mas todas as manhãs vinha um pobre homem com um balde [...]” (4º§)

Consulplan / 2025



Dos enunciados a seguir, apenas um apresenta adjetivo adverbializado, isto é, com função de advérbio; assinale-o.

- A) “O elixir salvador, receitado pelo manual: escreva e fale [...]” (4º§).
- B) “(...) falar enrolado sempre foi um modo de cobrar distinção.” (5º§).
- C) “(...) deixam no chinelo a fala empolada que, hoje em dia, [...]” (6º§).
- D) “(...) lançado há poucos dias (...) pela Câmara dos Deputados, [...]” (3º§).

Consulplan / 2025



A transcrição textual que **NÃO** contém nenhum tipo de intensificação é:

- A) “*Eu não era mais criança, porém a minha alma ficava completamente feliz.*” (2º§)
- B) “*Houve um tempo em que a minha janela se abria sobre uma cidade que parecia feita de giz.*” (4º§)
- C) “[...] *e mesmo que a ouvisse, não a entenderia, porque isso foi muito longe, num idioma difícil.*” (3º§)
- D) “*Mas as crianças tinham tal expressão no rosto, e às vezes faziam com as mãos arabescos tão compreensíveis, [...]*” (3º§)

O cajueiro O cajueiro já devia ser velho quando nasci. **Ele** vive nas mais antigas recordações de minha infância: belo, imenso, no alto do morro, atrás de casa. Agora vem uma carta dizendo que ele caiu. Eu me lembro do outro cajueiro que era menor, e morreu há muito mais tempo. Eu me lembro dos pés de pinha, do cajá- -manga, da grande touceira de espadas-de-são-jorge (que nós chamávamos simplesmente “tala”) e da alta saboneteira que era nossa alegria e a cobiça de toda meninada do bairro porque fornecia centenas de bolas pretas para o jogo de gude. Lembro-me da tamareira, e de tantos arbustos e folhagens coloridas, lembro-me da parreira que cobria o caramanchão, e dos canteiros de flores humildes, “beijos”, violetas. Tudo sumira; mas o grande pé de fruta-pão ao lado de casa e o imenso cajueiro lá no alto eram como árvores sagradas protegendo a família. Cada menino que ia crescendo ia aprendendo o jeito de seu tronco, a cica de seu fruto, o lugar melhor para apoiar o pé e subir pelo cajueiro acima, ver de lá o telhado das casas do outro lado e os morros além, sentir o leve balanceio na brisa da tarde. No último verão ainda o vi; estava como sempre carregado de frutos amarelos, trêmulo de sanhaços. Chovera; mas assim mesmo fiz questão de que Carybé subisse o morro para vê-lo de perto, como quem apresenta a um amigo de outras terras um parente muito querido. A carta de minha irmã mais moça diz que ele caiu numa tarde de ventania, num fragor tremendo pela ribanceira; e caiu meio de lado, como se não quisesse quebrar o telhado de nossa velha casa. Diz que passou o dia abatida, pensando em nossa mãe, em nosso pai, em nossos irmãos que já morreram. Diz que seus filhos pequenos se assustaram; mas depois foram brincar nos galhos tombados. Foi agora, em fins de setembro. Estava carregado de flores.

A expressão destacada em “A carta de minha irmã mais moça diz que ele caiu numa tarde de ventania, num fragor tremendo pela ribanceira; [...]” (4º§) atua, no texto, como elemento de coesão e tem como referente:

- A) O cajueiro.
- B) Caramanchão.
- C) Grande pé de fruta-pão.
- D) Cada menino que ia crescendo.

Consulplan / 2025



Em todas as transcrições textuais, as formas verbais estão flexionadas no mesmo tempo, EXCETO em:

- A) “No último verão ainda o vi; [...]” (3º§).
- B) “Foi agora, em fins de setembro.” (5º§).
- C) “[...] e morreu há muito mais tempo.” (2º§).
- D) “[...] e da alta saboneteira que era nossa alegria [...]” (2º§).

Consulplan / 2025



As seguintes frases transcritas do texto apresentam o mesmo tempo verbal, EXCETO:

- A) “Todos somos muito ligados a ele, [...]” (2º§)
- B) “Embebeu de éter a bolinha de algodão, [...]” (9º§)
- C) “O sogro e a sogra apelaram no mesmo tom.” (5º§)
- D) “E saiu para a rua, pequenino por dentro, angustiado, [...]” (10º§)

Consulplan / 2025



Tendo como base as estruturas e os sentidos do texto, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O sujeito da oração “*Lembro-me da tamareira, [...]*” (2º§) é indeterminado.
- B) No trecho “*Tudo sumira; mas o grande pé de fruta-pão [...]*” (2º§), a expressão “*mas*” tem valor adversativo.
- C) Em “[...] belo, imenso, no alto do morro, atrás de casa.” (1º§), o termo destacado indica circunstância de “lugar”.
- D) Em “[...] estava como sempre carregado de frutos amarelos,[...]” (3º§), a expressão destacada significa “habitualmente”.

Consulplan / 2025



Em “Ora, nos dias límpidos, quando o céu ficava da mesma cor do ovo de louça, o pombo parecia pousado no ar.” (1º§), a oração destacada tem valor:

- A) Causal.
- B) Temporal.
- C) Conclusivo.
- D) Proporcional.

Consulplan / 2025

Com base nas informações textuais, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) O texto se trata de uma crônica lírica, pois expressa sentimentos, emoções e conhecimentos – a visão de mundo da narradora.
- B) No trecho “Mas todas as manhãs vinha um pobre homem [...]” (4º§), o termo destacado pode ser substituído, sem alteração de sentido, por “contudo”.
- C) Em “Não era uma rega: era uma espécie de aspersão ritual, para que o jardim não morresse.” (4º§), a oração destacada se classifica como subordinada final.
- D) Em “[...] e às vezes faziam com as mãos arabescos tão compreensíveis, [...]” (3º§), a expressão destacada se trata de uma locução adverbial de tempo; porém, não se trata um período de tempo específico.

Consulplan / 2025

Em “Coube à cozinheira recolher a gaiola, para que sua vista não despertasse saudade e remorso em ninguém.” (10º§), a expressão destacada estabelece, nesse caso, uma relação de:

- A) Conclusão.
- B) Finalidade.
- C) Proporção.
- D) Consequência.

Consulplan / 2025

Assinale, a seguir, a transcrição textual constituída por período composto.

- A) *“Todos somos muito ligados a ele, [...]”* (2º§)
- B) *“O sogro e a sogra apelaram no mesmo tom.”* (5º§)
- C) *“Os olhos claros de sua mulher pediram-lhe com doçura:”* (5º§)
- D) *“É para ele não sofrer mais e não aumentar o nosso sofrimento.”* (4º§)

Consulplan / 2025

Assinale, a seguir, uma oração sem sujeito transcrita do texto.

- A) *“Estava carregado de flores.”* (5º§).
- B) *“Foi agora, em fins de setembro.”* (5º§).
- C) *“Eu me lembro dos pés de pinha, do cajá-manga, [...]”* (2º§).
- D) *“Ele vive nas mais antigas recordações de minha infância: [...]”* (1º§).

OBRIGADO

Prof. Felipe Luccas

27

Noções de estatística

Prof. Jhoni Zini

28

CONSULPLAN

Em uma sala de aula foram divididos 7 grupos para a realização de uma pesquisa que valia 10 pontos. As notas obtidas pelos grupos foram:

grupo	01	02	03	04	05	06	07
nota	3	3	4	5	6	7	8

Portanto, a média aritmética das notas obtidas pelos grupos foi de:

- A. 4,07
- B. 4,7
- C. 5,14
- D. 5,38
- E. 6,12

CONSULPLAN - 2024 - (SEED PR)

Em uma gincana escolar, participam 30 alunos que estão distribuídos em duas equipes (A e B). Considere que cada aluno participe de uma única equipe. A equipe A possui 12 alunos e a média aritmética simples das idades dos alunos desse grupo é 15,5 anos. Por outro lado, para a equipe B, essa média é de 16,0 anos.

Considerando essas informações, qual a média aritmética simples das idades dos 30 alunos participantes?

- A. 15,6.
- B. 15,7.
- C. 15,8.
- D. 15,9.

CONSULPLAN

O professor de estatística, após fechamento das notas obtidas pelos alunos neste bimestre, apresentou as mesmas distribuídas, conforme tabela a seguir:

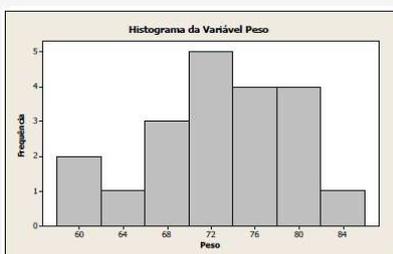
NOTAS	f _i
0 - 2	2
2 - 4	5
4 - 6	15
6 - 8	12
8 - 10	6

Qual a média aritmética das notas apresentadas ?

- A. 5,75 B. 6,25 C. 7,5 D. 8 E. 8,3

CONSULPLAN

Duas classes de um determinado curso universitário receberam a tarefa de realizar medições do peso de 20 de seus colegas, realizando uma amostragem aleatória simples para selecioná-los e, em seguida, construir um histograma para a outra turma de seu curso analisar e realizar estimativas de alguns parâmetros. O histograma de uma das turmas é apresentado a seguir, onde cada coluna apresenta no eixo horizontal do gráfico o ponto médio da classe utilizada para construí-lo. Observe.



O valor aproximado da média da distribuição de pesos apresentada anteriormente é

- A. 72,0 B. 72,4 C. 72,8 D. 73,2 E. 73,6

CONSULPLAN - 2022 - PROFESSOR (SEED PR)

Em um concurso público para a carreira de professor do magistério superior, a banca organizadora optou por dividir o processo seletivo em 4 etapas que valem de 0 a 100 pontos. A tabela a seguir descreve cada etapa e seu respectivo peso associado:

Etapa	Peso
Prova dissertativa	3
Projeto de pesquisa	2
Prova didática	3
Prova de títulos	2

Para que um candidato seja aprovado, a média aritmética ponderada das notas nas 4 etapas deve ser maior ou igual a 60. Se um candidato pontuou 45 na prova dissertativa, 65 no projeto de pesquisa e 70 na prova didática, qual nota mínima ele deverá pontuar na prova de títulos para que seja aprovado neste concurso?

- A. 55,00 B. 58,25 C. 60,75 D. 62,50

CONSULPLAN - 2022 - ANALISTA MUNICIPAL (PREF MACAÍBA)

A estatística permite conhecer melhor o conjunto de dados a serem analisados por meio de suas características. Considerando os conhecimentos básicos de estatística, são medidas de ordenamento e posição, EXCETO:

- A. Moda.
B. Mediana.
C. Desvio médio.
D. Média aritmética simples e ponderada.

CONSULPLAN - 2023 - ENFERMEIRO (SESPA)



No cenário de pesquisas científicas, é possível apresentar um conjunto de resultados individuais por meio de medidas únicas que sejam representativas deste conjunto. Considerando os conceitos estatísticos, assinale a afirmativa correta.

- A. A média é o ponto que divide uma distribuição ao meio.
- B. A mediana tem como desvantagem ser influenciada por valores extremos.
- C. Pela divisão dos valores obtidos nos dados pelo número total de observações é alcançada a mediana.
- D. Para calcular a mediana quando o número de dados for ímpar, calcula-se a média dos dois valores do meio.
- E. Utilizando a mediana, o intervalo interquartil é empregado como uma medida de dispersão para resumir a variabilidade do conjunto de dados.

CONSULPLAN - 2022 - PROFESSOR (SEED PR)



Os números a seguir representam as notas de cinco alunos que precisaram fazer um exame especial para serem aprovados em determinada disciplina:

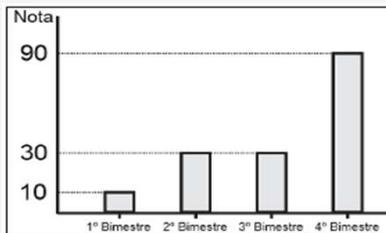
50 – 65 – 45 – 70 – 80

O desvio médio das notas desses alunos é:

- A. 10,45
- B. 11,60
- C. 14,40
- D. 16,80

CONSULPLAN - 2022 - PROFESSOR (PREF MACAÍBA)

Um estudante de matemática obteve o seguinte resultado durante os quatro bimestres do ano de 2019, no qual a nota máxima era de 100 pontos por bimestre; observe.



Com base nos dados da tabela, qual foi o desvio-padrão das notas desse aluno?

- A. 15 B. 25 C. 30 D. 40

OBRIGADO

Prof. Jhoni Zini

A função social da escola; inclusão educacional e respeito à diversidade.

Prof. Romário Falci

39

 **Estratégia**
Educação

Função Social da Escola

↓

Tendências Pedagógicas
Contemporâneas

↓

currículo: Educação Integral
Respeito Social e emocional
Inclusão e a Diversidade

 **ESTRATÉGIA EDUCAÇÃO**

40

Questão de Concurso

1) Tendo como base a definição de currículo oculto, amplamente difundida entre os teóricos da educação, pode-se afirmar que, o que se percebe e aprende nele são:

(A) conteúdos culturais apresentados aos alunos de cada série sob o ponto de vista de temas interdisciplinares.

(B) conhecimentos sistematizados de forma gradual. ✓

(C) conteúdos programáticos oriundos dos livros didáticos.

(D) fatos e fenômenos da ciência e da atividade cotidiana.

~~(E) atitudes, comportamentos, valores e orientações~~

Dentro da Escola. BNCC } Formal } oculto } Em ação
} Não dito } Realmente }
} preferências } acontece

41

Questão de Concurso

2) Tomando por base o histórico de currículo como campo do saber, assinale a alternativa correta:

a) Do seu surgimento até a década de 1970, o currículo constituiu um corpo teórico considerado como as teorias críticas do currículo.

b) A partir dos anos 1990 até o momento vigente, este campo vem sendo fortemente marcado pela pós-modernidade, ou seja, pelas teorias pós críticas do currículo.

c) Para se contrapor ao modelo crítico, emergem nos anos 70 as teorias tradicionais de currículo.

d) Na década de 1970 até o início dos anos 90 o campo foi caracterizado pelas teorias pós críticas.

42

Questão de Concurso

3) Concepções que derivam dos diversos modos de como a educação é concebida historicamente, bem como das influências teóricas que a afetam e se fazem hegemônicas em um dado momento. Indagações sobre o currículo: currículo, conhecimento e cultura, MEC, 2007. Neste sentido, pode-se entender currículo como:

- 1. Os conteúdos a serem ensinados e aprendidos.
- 2. As experiências de aprendizagem escolares a serem vividas pelos estudantes.
- 3. Os planos pedagógicos elaborados por professores, escolas e sistemas educacionais.
- 4. Os objetivos a serem alcançados por meio do processo de ensino.
- 5. Os processos de avaliação que terminam por influir nos conteúdos e nos procedimentos selecionados nos diferentes graus da escolarização. Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

(A) São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 5.

(B) São corretas apenas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

(C) São corretas apenas as afirmativas 1, 2, 3 e 5.

(D) São corretas apenas as afirmativas 1, 2, 4 e 5.

(E) São corretas as afirmativas 1, 2, 3, 4 e 5.

Questão de Concurso

4) O termo “progressista” geralmente é empregado para designar as tendências que partem de uma análise crítica das realidades sociais. A pedagogia progressista não pode institucionalizar numa sociedade capitalista; por isso, ela passa a ser um instrumento de luta dos professores ao lado de outras práticas sociais. A pedagogia progressista se destaca por três tendências. NÃO se trata de uma das tendências da pedagogia progressista:

A. Renovada.

B. Libertária.

C. Libertadora.

D. Crítico-social dos conteúdos.

Liberal Teoria Trad. univ. americana

Tradicional

Removida não Dualista

Removida Progressista

Tecnista

Progressista

Teoria crítica

Libertadora

Libertária

Crítica Social

Conteúdo

Teoria Política

ESTRATÉGIA EDUCAÇÃO

45

Questão de Concurso

5) A diversidade cultural brasileira tem sido alvo de inúmeros estudos, na última década, no cenário educacional. Cada vez mais conceitos como diversidade, diferença, igualdade e justiça social têm se configurado por parte daqueles que lutam por uma educação verdadeiramente cidadã. Assinale a opção que NÃO aborda a diversidade cultural como eixo norteador da afirmativa.

- Multiculturalismo.
- Interculturalidade.
- Educação para a negociação cultural.
- Diversidade pautada numa política crítica e de justiça social.
- Daltonismo cultural.

ESTRATÉGIA EDUCAÇÃO

46

Questão de Concurso



7) A escola possui um papel crucial e fundamental na formação do discente. Considerando que sua função vai muito além do ensino e aprendizagem de conteúdo, assinale a afirmativa INCORRETA. Alternativas

A A função básica da escola é garantir a aprendizagem de conhecimento e habilidades, bem como valores necessários à socialização do indivíduo, auxiliando-o a adquirir formação moral, cidadã e intelectual.

B É fundamental que a escola conte com uma equipe de profissionais qualificados e comprometidos com a educação, incluindo professores, coordenadores e gestores, o que não torna necessário estar engajada com a comunidade em um todo.

C Promover a igualdade de oportunidades, oferecendo um ensino de qualidade para todos os alunos, independentemente de sua origem social ou econômica, é uma das funções principais da escola, já que, por sua vez, a educação é direito de todos.

D Cabe à escola formar alunos com senso crítico, reflexivo, autônomo e, ainda, conscientes de seus direitos e deveres, tendo compreensão da realidade econômica, social e política do país, sendo apta a construir uma sociedade mais justa e tolerante às diferenças culturais.

Questão de Concurso



8) A construção de uma escola inclusiva e equitativa depende, em grande parte, da formação e sensibilização dos educadores. O reconhecimento e a valorização das diferenças individuais devem ser parte integrante da prática pedagógica cotidiana. Nesse sentido, analise a situação hipotética a seguir: uma escola recebe um novo aluno que se identifica como não binário. A direção escolar, em conjunto com o corpo docente, busca criar um ambiente acolhedor e respeitoso para tal aluno. No entanto, a escola está localizada em uma comunidade com valores conservadores, onde a discussão sobre gênero ainda é um tema delicado. A atitude mais adequada da escola para garantir a inclusão e o bem-estar desse aluno é:

Alternativas

Questão de Concurso

9) Entre os seus conhecimentos básicos, a educação física pode trabalhar as diferentes dimensões dos conteúdos: conceitual, procedimental e atitudinal. A dimensão conceitual está diretamente relacionada ao _____, já na dimensão procedimental, o importante é o _____ e a atitudinal o _____. Assinale a alternativa que apresenta os termos que completam as lacunas, corretamente. Alternativas

- A. Fazer, comportamento, conhecer.
- B. Conhecer, fazer, comportamento.
- C. Comportamento, fazer, conhecer.
- D. Conhecer, comportamento, fazer.
- E. Fazer, conhecer, comportamento.

OBRIGADO

Prof. Romário Falci
@romariofalci

Administração Pública

Profª. Elisabete Moreira

51



 **Estratégia**
Educação

 [@profelisabetemoreira](https://www.instagram.com/profelisabetemoreira)

 [/profelisabetemoreira](https://www.youtube.com/profelisabetemoreira)

 t.me/elisabetemoreira

 **ESTRATÉGIA EDUCAÇÃO**

52



01. (CONSULPLAN/2025/CISBAF-RJ) A Prefeitura de Nova Vista lançou o programa “Escola+Segura” com os seguintes parâmetros:

- Orçamento aprovado: R\$ 10 milhões;
- Prazo estabelecido: doze meses;
- Meta: instalar câmeras de vigilância e extintores em cem escolas municipais.

Ao final de dez meses, a obra foi concluída com cinco por cento de economia sobre o orçamento e todas as cem escolas receberam o sistema de segurança. Entretanto, os indicadores de ocorrências de vandalismo escolar no semestre seguinte não apresentaram queda significativa.

Considerando o caso hipotético, assinale a alternativa que identifica, correta e respectivamente, a eficiência, a eficácia e a efetividade do programa “Escola+Segura”.



A) Eficiência: instalação do sistema em cem escolas; Eficácia: economia de cinco por cento do orçamento; Efetividade: conclusão três meses antes do prazo.

B) Eficiência: conclusão em prazo menor que o previsto; Eficácia: redução das ocorrências de vandalismo; Efetividade: instalação do sistema em cem escolas.

C) Eficiência: redução do vandalismo escolar; Eficácia: uso integral dos R\$ 10 milhões; Efetividade: entrega do projeto sem custos adicionais.

D) Eficiência: conclusão da obra abaixo do orçamento e antes do prazo; Eficácia: meta de proteger cem escolas alcançada; Efetividade: não houve redução significativa de vandalismo.





02. (CONSULPLAN/2025/CISBAF-RJ) O entendimento adequado das esferas de atuação do Estado, da sociedade e do mercado é fundamental para a formulação de políticas públicas, organização da Administração Pública e regulação das atividades econômicas. Cada uma dessas esferas possui funções distintas, ainda que inter-relacionadas, e pode ser identificada por meio de exemplos práticos que ocorrem no cotidiano das relações sociais e econômicas.

(BOBBIO, N. Estado, governo, sociedade. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017. Adaptado.)

Considerando o tema, relacione corretamente os conceitos apresentados às situações exemplificadas.

1. Estado.
2. Mercado.
3. Sociedade.



() Uma empresa privada realiza a gestão de planos de saúde e define seus próprios preços conforme a oferta e demanda.

() Um grupo de moradores se reúne para organizar ações voluntárias de limpeza e preservação de uma praça pública do bairro.

() Um governo estadual institui programa de transferência de renda para famílias em situação de vulnerabilidade social.

A sequência está correta em

- A) 2, 1, 3.
- B) 2, 3, 1.
- C) 3, 1, 2.
- D) 3, 2, 1.





03. (CONSULPLAN/2025/CISBAF-RJ) Entende-se por momentos da Administração Pública os diferentes modelos que caracterizam a evolução da atuação do Estado na gestão de assuntos públicos. No caso brasileiro, esses momentos podem ser melhor compreendidos pela análise das três principais reformas do século XX: 1938, com a criação do DASP; 1967, com a instituição do Decreto-Lei nº 200/1967; e a reforma de 1995, já no período democrático.

Em relação à Administração Pública e seus momentos, analise as afirmativas a seguir.

I. O intuito por trás da reforma administrativa da década de 1930 era modernizar a máquina estatal, promover forte centralização das instâncias de elaboração e decisão política em um núcleo central do Estado. Segundo ideólogos e gestores da reforma, seria para evitar compromissos clientelistas das oligarquias regionais e a forte pressão dos políticos alocados no governo central.

II. O momento da Administração Pública da década de 1960, que resultou no Decreto-Lei nº 200/1967, se baseou em cinco princípios fundamentais da reforma: planejamento; descentralização; delegação de competência; coordenação; e controle.



III. O grande mote da reforma da década de 1990 era desconstruir a estrutura da Administração Pública Federal, que era vista como grande, ineficiente e lenta. O novo modelo de gestão pública trouxe novas ideias sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública brasileira, repercutindo diretamente na ação do Estado.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.



04. (CONSULPLAN/2025/CISBAF-RJ) Sobre a gestão pública em seus vários aspectos, analise as afirmativas a seguir.

I. Para que a gestão pública possa atingir os resultados positivos que almeja, isto é, eficiência e eficácia na prestação de serviços à população, é necessário que haja uma integração entre as quatro funções ou processos fundamentais que a compõem – planejamento, organização, execução e controle.

II. As organizações podem ser divididas em pública, privada, mista e não governamental. A organização pública, na qual se pratica a gestão pública, é mantida pelo poder público, isto é, por qualquer nível de governo (federal, estadual ou municipal). Nesse sentido, a gestão pública visa às necessidades e ao bem-estar do público.

III. Quando se fala em princípios na gestão pública, remete-se ao conceito de servir de fundamento, isto é, dar solidez, disciplina e clareza de objetivos a um sistema. Na gestão pública são aplicados vários princípios, que são os pilares para a atuação do gestor público.



Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.



HORA DE
PRATICAR!

 **Estratégia**
Educação

05. (CONSULPLAN/2025/ARCE) Similar ao que ocorre no setor privado, a avaliação e a mensuração do desempenho governamental se tornam possíveis com a adoção do conceito denominado Mensuração de Performance ou *Performance Measurement* (PM) por parte dos órgãos de controle. Entende-se por *Performance Measurement* (PM) a quantificação de uma ação e a aferição de sua performance (efetividade), eficiência e eficácia.

Sobre a mensuração de performance do desempenho governamental, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) O uso do sistema de mensuração deve estar ajustado ao cotidiano da gestão, o que concerne na operacionalização de todo o sistema.

B) As medidas de avaliação e de mensuração do desempenho governamental se restringem às seguintes medidas de resultado: performance financeira e performance de competitividade.



HORA DE
PRATICAR!

 **Estratégia**
Educação

C) Deve ocorrer a efetiva implementação do sistema de mensuração, o que implica na construção do sistema, com definição dos métodos de coleta de dados e da periodicidade de atualização.

D) É necessário definir e desenhar um sistema de mensuração, a fim de definir quais indicadores serão monitorados, ciente de que esses indicadores devem ser um reflexo da missão e dos objetivos estratégicos da organização.



06. (CONSULPLAN/2025/ARCE) Sobre a evolução da administração pública no Brasil e os modelos de gestão pública (patrimonialista, burocrático e gerencial), analise as afirmativas a seguir.

I. O modelo de gestão pública patrimonialista se mostra vulnerável ao nepotismo e à corrupção, já que os princípios que o norteiam são subjetivos e pessoais e não públicos e racionais.

II. Na formação dos Estados modernos e capitalistas, o modelo de gestão pública burocrático ganhou relevância e se transformou no grande diferencial das estruturas administrativas até então vigentes. A formação de um corpo burocrático impunha profissionalização dos quadros administrativos e a seleção dos profissionais deveria se basear em critérios meritocráticos e de aptidão para executar as tarefas típicas do Estado.



III. São características básicas da administração pública gerencial: orientação para o cidadão e para a obtenção de resultados; pressuposto de que políticos e servidores/funcionários públicos são merecedores de grau limitado de confiança; descentralização e incentivo à criatividade e à inovação; e contrato de gestão como instrumento de controle dos gestores públicos.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.



- 07.** (CONSULPLAN/2025/ARCE) Quanto ao papel das agências reguladoras no contexto da reforma do Estado, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.
- () No Brasil, a reforma do Estado não deixou dúvidas quanto ao seu alinhamento ao gerencialismo combinado a propostas no campo da regulação. A reforma administrativa serviu ao processo de instauração de um novo Estado regulador no país, apresentando propostas objetivas, detalhadas, prontas e acabadas no campo da regulação.
- () Os precedentes internacionais que serviram de base para a mutação do Estado no sentido do novo perfil regulatório foram também modulados pelas particularidades administrativas e pelas políticas brasileiras.
- () O resultado da Reforma do Estado aponta para o enraizamento e para a normalização do modelo de agências reguladoras, o qual segue tendências dominantes no campo da gestão pública.



- () As agências reguladoras se apresentaram como indispensáveis para a transição do Estado positivo para o Estado regulador, que atua de modo mais indireto, por meio de uma governança dita passiva, posto que é voltada a orientar, corretivamente e de uma maneira antecipatória e formalizada, as decisões de agentes econômicos privados.
- () O Estado regulador tem objetivos circunscritos à geração de eficiência econômica e à promoção de competição, além da proteção de usuários e consumidores, em casos específicos.
- A sequência está correta em
- A) F, F, F, V, F.
B) V, F, V, F, V.
C) V, V, F, F, F.
D) F, V, V, V, V.



08. (CONSULPLAN/2025/ARCE) A prática do controle e da participação social é fundamental para a legitimação e para o desenvolvimento do processo de tomada de decisão na Administração Pública. Trata-se de um pilar na construção de diretrizes, na definição de prioridades e no desenvolvimento de melhorias. Ciente disso, a ARCE definiu a sua agenda regulatória para o biênio 2024-2025, tendo como uma de suas propostas regulatórias o desenvolvimento de estratégias e de mecanismos de fomento à participação social das partes interessadas.

Considerando todo o ciclo regulatório para o planejamento e para o desenho da estratégia do Processo de Participação e Controle Social (PPCS), é necessário se atentar à existência de elementos-chave; nesse sentido, assinale a afirmativa INCORRETA.



A) Meios de PPCS – a determinação do meio de PPCS mais apropriado deve assegurar a acessibilidade do público-alvo e, também, ponderar os canais de comunicação condizentes à sua promoção.

B) Objeto/escopo – o objeto do PPCS dependerá tão somente de seu objetivo e do momento em que será realizado, não sendo plausível considerar o tipo e o âmbito de aplicação da proposta em debate.

C) Objetivo – na definição do objetivo é importante identificar fontes de informações já disponíveis, como PPCS já realizados; processos administrativos desses PPCS; artigos; reportagens; pareceres; relatórios etc.

D) Atores – o mapeamento dos atores relevantes para o processo permite orientar os organizadores do evento quanto à determinação das ferramentas e dos métodos mais apropriados, a fim de alcançar maior efetividade no PPCS.



09. (CONSULPLAN/2025/HEMOBRÁS) João notou que um determinado órgão público dificulta o acesso dos interessados às informações referentes a suas operações, processos decisórios e resultados, sendo que algumas vezes fornecem informações desatualizadas aos cidadãos. Além disso, também percebeu que em alguns momentos esse órgão realizou ações que não eram consistentes com sua missão institucional e que também não fornecia serviços públicos acessíveis e eficientes.

Com base nos princípios de governança para o setor público, tal órgão NÃO segue os seguintes princípios, respectivamente:

- A) *Accountability* e Integridade.
- B) Transparência e Confiabilidade.
- C) Equidade e Prestação de contas.
- D) Capacidade de resposta e Integridade.



10. (CONSULPLAN/2025/CRP-3ªR) Na primeira reunião de seu governo, o Chefe do Poder Executivo de determinado estado decidiu que era necessário modernizar a gestão pública para reduzir a burocracia e melhorar a eficiência no atendimento ao cidadão, principal destinatário dos serviços públicos. O foco era implementar um modelo administrativo com descentralização e autonomia dos gestores para decisões rápidas. Além disso, deveria haver a redução da interferência estatal na economia, através da transferência para o setor privado das atividades que podem ser controladas pelo mercado.

À luz do exposto, é correto afirmar que as reformas pretendidas pelo governador são baseadas no seguinte modelo de administração:

- A) Gerencial.
- B) Burocrática.
- C) Patrimonial.
- D) Operacional.

 **Estratégia**
Educação

 @profelisabetemoreira

 /profelisabetemoreira

 t.me/elisabetemoreira

 **ESTRATÉGIA EDUCAÇÃO**

71

 **Estratégia**
Educação

OBRIGADA

Profª. Elisabete Moreira

72

Direito Administrativo

Prof. Antonio Daud

73

VI - Noções de Direito Administrativo:

Direito Administrativo - Noções Preliminares; Administração Pública - Organização; Princípios Constitucionais e de Direito Administrativo; Atividades da Administração Pública; Ato Administrativo: conceito, requisitos e atributos; anulação, revogação e convalidação; discricionariedade e vinculação; Controle e participação na Administração Pública; Processo Administrativo; Aspectos jurídicos do Serviço Público; Agentes Públicos; Responsabilidade civil do Estado. Órgãos públicos: conceito, natureza e classificação. Responsabilidade civil do Estado. Lei Federal nº 8.429/92: das disposições gerais; dos atos de improbidade administrativa. Lei Geral de Proteção de Dados. Estatuto do Servidor Público do Estado de Minas Gerais (Lei nº 869/1952).

74

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Instituto Consulplan / Prefeitura de Niterói - RJ / 2025

De acordo com a Constituição Federal, os atos de improbidade administrativa acarretarão:

- A) Indisponibilidade dos bens.
- B) Perda dos direitos políticos.
- C) Suspensão da função pública.
- D) Condenação automática de natureza penal.

Art. 37, § 4º Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

Edésio é servidor municipal, ocupando o cargo de gerente e, por força de suas atribuições, teve ciência da prática de atos dolosos que causaram danos ao patrimônio do município. Nos termos da lei vigente, caso os atos contenham indícios de improbidade administrativa, a autoridade que tomar conhecimento dos fatos deverá representar, para as providências necessárias, ao:

- A) Juiz de Direito.
- B) Ministério Público.
- C) Delegado de Polícia.
- D) Secretário competente.

Art. 7º Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Ministério Público competente, para as providências necessárias.

Analise as afirmativas a seguir.

- I. Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.
- II. A indisponibilidade de bens não poderá, em hipótese alguma, ser decretada sem a oitiva prévia do réu.
- III. O valor da indisponibilidade considerará a estimativa de dano indicada na petição inicial, permitida a sua substituição por caução idônea, por fiança bancária ou por seguro-garantia judicial, a requerimento do réu, bem como a sua readequação durante a instrução do processo.
- IV. A indisponibilidade de bens de terceiro dependerá da demonstração da sua efetiva concorrência para os atos ilícitos apurados ou, quando se tratar de pessoa jurídica, da instauração de incidente de desconsideração da personalidade jurídica, a ser processado na forma da lei processual.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e III.

- B) II e III.
- C) I, II e IV.
- D) I, III e IV.

José da Silva e João da Silva são filhos de Paulo da Silva. Paulo da Silva foi condenado, em ação por improbidade administrativa, em função de atos que geraram enriquecimento ilícito à luz da Administração Pública, às sanções de perda de função pública, suspensão de direitos políticos, por oito anos, pagamento por multa civil equivalente ao acréscimo do valor patrimonial e proibição de contratar com o poder público, vedação de incentivos fiscais. Paulo da Silva faleceu. Em relação a seus filhos, é correto afirmar que:

- A) Os filhos também terão suspensão de direitos políticos por oito anos.
- B) Os filhos não sofrem qualquer efeito da condenação em ação na qual o pai foi condenado.
- C) Os filhos, servidores públicos, também perdem a função pública e devem pagar a multa civil equivalente ao acréscimo do valor patrimonial.
- D) Os filhos devem pagar a multa civil equivalente ao acréscimo do valor patrimonial, mas não necessariamente no valor do dano, e sim nos limites da herança.

Com as alterações promovidas na Lei de Improbidade Administrativa pela Lei Federal nº 14.230/2021, a ação de improbidade passou a exigir, obrigatoriamente, a comprovação de dolo específico para que o agente público seja responsabilizado. Além disso, a nova legislação trouxe a positivação de várias regras no tocante ao regramento processual da ação de improbidade e sua natureza. A respeito da ação de improbidade administrativa, assinale a afirmativa correta.

- A) A ação de improbidade deve ser proposta no foro do domicílio do réu.
- B) Aplica-se o reexame obrigatório da sentença de improcedência ou de extinção sem resolução de mérito da ação de improbidade.
- C) A sentença proferida nos processos de improbidade deve considerar, na aplicação das sanções, a dosimetria das sanções relativas ao mesmo fato já aplicadas ao agente.

D) A ação por improbidade administrativa possui natureza de ação civil pública, sendo repressiva, de caráter sancionatório, destinada a anular atos lesivos ao patrimônio público.

Um funcionário público, no exercício de sua atividade pública, agindo de forma negligente, provocou prejuízo à terceira pessoa. Nesse sentido, analise as afirmativas a seguir.

I. Por precedente judicial, eventual ação de ressarcimento dos prejuízos a ser sugerida pelo terceiro prejudicado deverá ser proposta contra o Estado e não contra o funcionário de forma direta.

II. O funcionário não cometeu qualquer ato que possa ser punido pela lei de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992).

III. Caso o Estado venha a arcar com os prejuízos da conduta do funcionário, esse não poderá ser obrigado a ressarcí-lo.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

A Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) retira seu fundamento do Art. 37, § 4º, da Constituição Federal, que prevê a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário como forma de sanção para os atos de improbidade administrativa, na forma e gradação previstas em Lei. Recentemente, com a edição da Lei nº 14.230/2021, a Lei de Improbidade passou por significativas modificações. Assinale a afirmativa que encontra correspondência com as alterações legislativas promovidas na Lei nº 8.429/1992.

A Para fins de enquadramento nas condutas previstas na Lei de Improbidade, o legislador considerou expressamente a figura do agente político como agente público.

B O agente público que, por ação ou omissão, concede ou aplica de forma indevida benefício financeiro ou tributário, incorre em tipo específico de improbidade administrativa.

C O agente público que dolosamente deixa de praticar ato de ofício incorre na prática de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.

D As condutas que configuram ato de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública estão dispostas em lei de maneira exemplificativa, o que permite que outras condutas, que se assemelham àquelas expressas na lei, também possam configurar ato de improbidade.

O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutela a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, nos termos da Lei nº 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa. Sobre as condutas dolosas tipificadas na Lei nº 8.429/1992, que são consideradas atos de improbidade administrativa, assinale a afirmativa correta.

A) Constitui ato de improbidade administrativa qualquer ação ou omissão para conceder, aplicar, manter ou extinguir benefício financeiro ou tributário contrário ao que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

B) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada, entre outras, pela conduta de deixar de prestar contas, em qualquer caso, com vistas a ocultar irregularidades.

C) Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no enunciado, e notadamente, entre outras, incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial de tais entidades.

D) Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no enunciado, e notadamente, entre outras, permitir ou facilitar a alienação, permuta ou locação de bem integrante do patrimônio de qualquer de tais entidades, ou ainda a prestação de serviço por parte delas, por preço superior ao de mercado.

Em um cenário hipotético, determinados servidores da Câmara Municipal de Mariana praticaram os seguintes atos de improbidade administrativa; analise-os.

I. Alberto percebeu vantagem econômica indireta para facilitar a locação de bem público por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado.

II. Bruna frustrou, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício de terceiros.

III. Carlos frustrou a licitude de processo licitatório para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, acarretando perda patrimonial efetiva.

IV. Diego percebeu vantagem econômica para intermediar a liberação de verba pública de qualquer natureza.

Considerando as disposições normativas da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), é correto afirmar que os seguintes servidores estão sujeitos à pena de suspensão dos direitos políticos, EXCETO:

A) Bruna.

B) Diego.

C) Carlos.

D) Alberto.

Instituto Consulplan - 2024 - Auditor Fiscal de Tributos Municipais (Pref Campos dos Goytacazes)

Determinada autoridade municipal concedeu, dolosamente, benefício tributário que resultou na aplicação de alíquota do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), abaixo de dois por cento. De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992) e a legislação pertinente ao referido imposto, assinale a afirmativa correta.

A A conduta é punível, dentre outras, com sanção de pagamento de multa civil equivalente ao valor do dano.

B Trata-se de ato de improbidade administrativa, cujas penas sempre devem ser aplicadas cumulativamente, por expressa previsão legal.

C A conduta não é capitulada como ato de improbidade administrativa, mas pode estar sujeita a outras sanções na seara civil e penal.

D Somente haveria improbidade administrativa caso o benefício concedido, na prática, resultasse em aplicação de alíquota abaixo de cinco por cento, mínimo estabelecido em lei complementar para o tributo.

Atos que importam prejuízo ao erário

Facilitar para incorporação de bem público a patrimônio particular ou para que 3º se enriqueça ilicitamente

Permitir que PF utilize bens públicos sem observ. formalidades legais

facilitar alienação de bem público por preço inferior ao de mercado ou a aquisição de bem por preço superior

Operação financeira sem observar normas ou aceitar garantia inidônea

Permitir despesa não autorizada em lei/regulamento

Conceder benefício sem observar formalidades

Doar bens públicos sem formal. Legais

Agir ilicitamente na arrecadação de tributo ou conservação do patrim. Público

Frustrar licitude de licitação/parceria com perda patrimonial efetiva

89

Instituto Consulplan / Câmara de Mariana - MG / 2025



Considerando a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), analise os casos hipotéticos a seguir.

I. Maria, técnica em administração da Câmara Municipal de Mariana, apesar de ser obrigada a prestar contas sobre o uso de verbas destinadas a eventos institucionais e dispor das condições para isso, deliberadamente, deixou de fazê-lo, com vistas a ocultar irregularidades, pois sabia que os relatórios financeiros continham inconsistências que poderiam gerar questionamentos sobre sua gestão, ainda que não tenha ocorrido dano ao erário.

II. Paulo, técnico em informática da Câmara Municipal de Mariana, ao realizar uma manutenção no sistema eletrônico, obteve acesso a dados sigilosos internos, sobre os quais deveria permanecer em segredo, mas revelou tais informações a um empresário local, propiciando beneficiamento por informação privilegiada, sem, no entanto, receber qualquer vantagem financeira em troca.

90

Diante das circunstâncias apresentadas, qual(is) servidor(es) cometeu(ram) ato de improbidade administrativa?

- A) Somente Paulo, pois Maria não causou dano ao erário ao deixar de prestar as contas.
- B) Maria e Paulo, pois suas condutas atentaram contra os princípios da Administração Pública.
- C) Somente Maria, pois Paulo não obteve vantagem financeira ao revelar a informação sigilosa.
- D) Nenhum, pois Maria e Paulo não causaram dano ao erário e nem obtiveram vantagem financeira indevida.

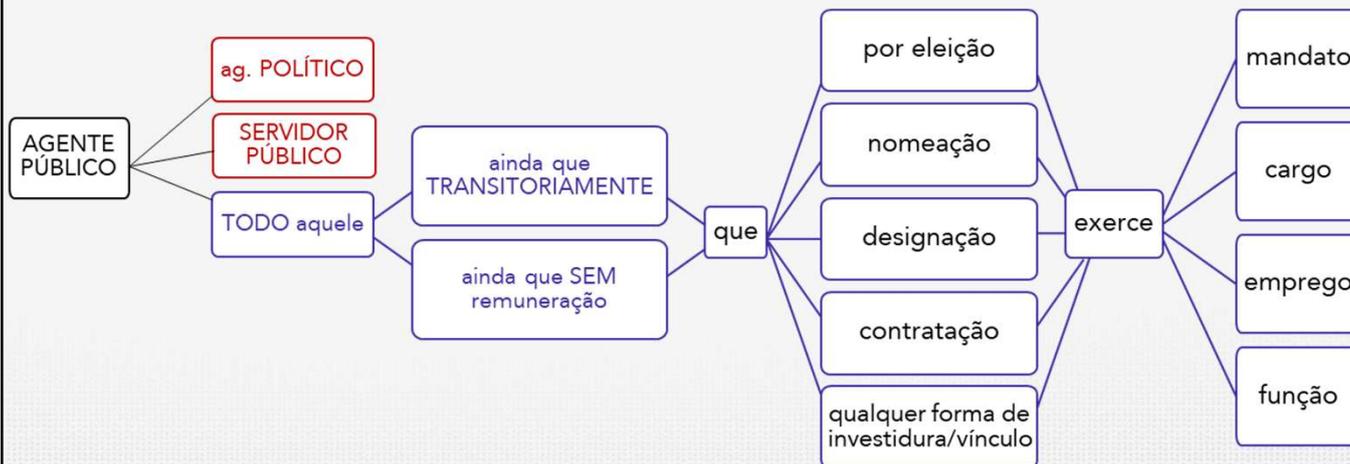
O prefeito de determinado município utilizou um veículo oficial da prefeitura para viagens pessoais durante alguns finais de semana, sem qualquer justificativa funcional. Além disso, autorizou que um assessor entregasse mão de obra de servidores públicos para realizar serviços em sua residência particular. De acordo com a Lei nº 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa, assinale a afirmativa correta.

- A) O assessor do prefeito, por não ocupar cargo eletivo, não pode ser responsabilizado por improbidade administrativa.
- B) O ato só seria considerado improbidade administrativa caso houvesse um prejuízo comprovado ao erário, e não apenas o uso indevido do bem público.
- C) O uso de bens públicos para fins privados constitui ato de improbidade administrativa por enriquecimento ilícito, conforme disposto na Lei nº 8.429/1992.

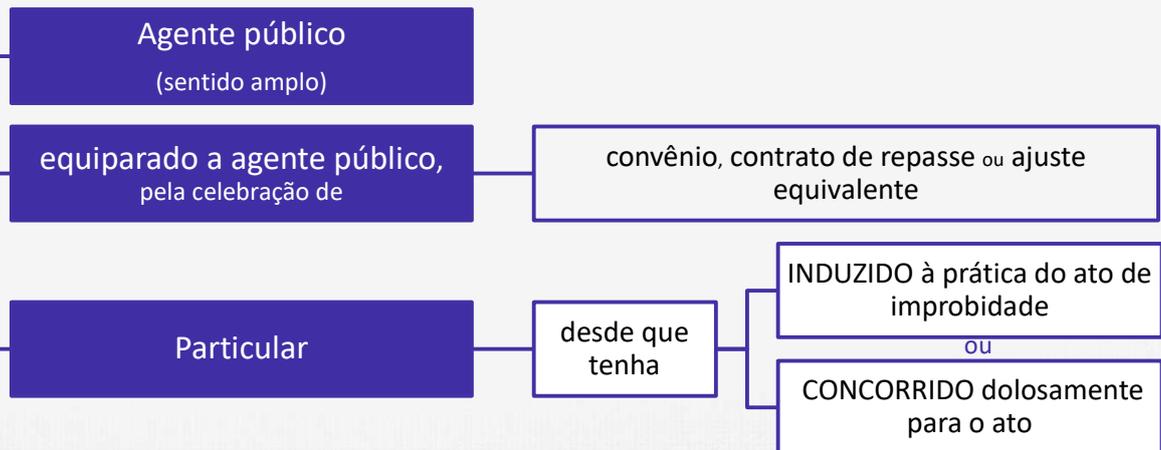
D) O prefeito pode justificar o uso do veículo oficial e dos servidores com base no princípio da conveniência administrativa, desde que não haja impacto financeiro direto.

Sobre a prática de atos administrativos praticados por agentes públicos e privados, para os efeitos da Lei nº 8.429/1992, consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades referidas na normativa supra citada.

Sujeitos Ativos: agentes públicos



sujeitos ativos



Hélio, servidor público municipal, ocupante de cargo efetivo de engenheiro, utilizou uma retroescavadeira de propriedade do Município em uma obra particular. A respeito do caso hipotético, de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, assinale a afirmativa correta.

A Hélio não praticou ato de improbidade administrativa, considerando que a referida Lei tem sua aplicabilidade adstrita a agentes políticos.

B A Lei de Improbidade, por ser federal, é aplicável a servidores da União, de modo que Hélio somente poderá responder por improbidade, caso haja legislação municipal repudiando sua conduta.

C Não houve ato de improbidade, pois a Lei somente prevê que este estará configurado caso o agente se utilize do trabalho de outros servidores do ente público para a realização da obra particular.

D Trata-se de conduta tipificada como ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, podendo Hélio ser punido, dentre outras, com as sanções de perda da função pública e suspensão dos direitos políticos até quatorze anos.

Enriquecimento ilícito	Prejuízo ao erário	Violação a princípio
multa civil = acréscimo patrimonial	multa civil = dano ao erário	multa civil = 24x remuneração
proibição de contratar ou receber benefícios → até 14 anos	proibição de contratar ou receber benefícios → até 12 anos	proibição de contratar ou receber benefícios → até 4 anos
suspensão dos DP → até 14 anos	suspensão dos DP → até 12 anos	-
Perda dos bens acrescidos ilicitamente	Perda dos bens acrescidos ilicitamente (se ocorrer esta circunstância)	-
perda da função pública	perda da função pública	-
ressarcimento integral do dano (se houver dano efetivo)		

PRINCÍPIOS

Instituto Consulplan / Prefeitura de Nova Iguaçu - RJ / 2025

A Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu busca otimizar seus processos e serviços públicos, resultando em uma gestão mais transparente e ágil. Dentre os exemplos de otimização de processos e serviços, têm-se o aprimoramento da gestão de compras públicas; a redução de burocracias; a garantia de que serviços contratados atendam às necessidades, produção de melhores resultados e índices; e a utilização de recursos públicos de maneira produtiva, evitando desperdícios e falhas. Diante do caso narrado e à luz do que estabelece a Constituição Federal, o município de Nova Iguaçu está buscando dar efetividade ao princípio da:

- A) Eficiência
- B) Legalidade
- C) Moralidade
- D) Publicidade

Instituto Consulplan / HEMOBRÁS / 2025

No que concerne aos princípios aplicáveis à Administração, analise as afirmativas a seguir.

I. Os processos administrativos sancionadores instaurados por agências reguladoras contra concessionárias de serviço público devem obedecer ao princípio da publicidade durante toda a sua tramitação, ressalvados eventuais atos que se enquadrem nas hipóteses de sigilo previstas em lei e na Constituição.

II. A presença de símbolos religiosos em prédios públicos viola, entre outros princípios, o da impessoalidade aplicável à Administração.

III. Em atenção ao princípio da legalidade, também chamado de princípio da juridicidade, a Administração Pública se vincula exclusivamente às previsões contidas nas leis em sentido formal.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) II e III.

Instituto Consulplan - 2023 - Encarregado de Compras e Licitação (CM São Joaquim Barra)

A Administração Pública está subordinada aos princípios de Direito Administrativo e, em especial, aos princípios básicos instituídos no Art. 37, caput, da Constituição da República. (Higa, Castro, Oliveira, 2018.)

Assinale a descrição que corresponde corretamente ao princípio apresentado.

A Princípio da Publicidade: conjunto de regras de conduta que deve nortear o agir da Administração Pública.

B Princípio da Eficiência: impõe à Administração Pública a obrigação de realizar suas ações com rapidez e perfeição.

C Princípio da Legalidade: dever de imparcialidade na defesa do interesse público; está associado com a noção de finalidade, que deve nortear toda a atividade administrativa.

D Princípio da Moralidade: a Administração Pública só pode fazer o que a lei permite; a vontade da Administração Pública é aquela que decorre de lei e não da própria Administração ou seus agentes.

Instituto Consulplan / CRP - 3ª Região (BA) / 2025



A respeito da organização administrativa (centralização e descentralização, autarquias, fundações e empresas públicas), assinale a afirmativa correta.

- A) É vedado utilizar delegação de competência como instrumento de descentralização administrativa.
- B) Entende-se por autarquia a entidade criada para executar atividades atípicas da Administração Pública que, para seu melhor funcionamento, exige gestão administrativa e financeira centralizada.
- C) Entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo de ente federativo, as empresas públicas têm de ser criadas por lei e se destinam à exploração de atividade econômica.

Instituto Consulplan / CRP - 3ª Região (BA) / 2025



D) A execução das atividades da Administração Federal será, regra geral, centralizada. O processo de centralização se efetiva dentro dos quadros da Administração Federal, onde se distingue o nível de direção do nível de execução. Por sua vez, em circunstâncias específicas, pode ocorrer a descentralização, que se resume na transferência da execução da Administração Pública para entidades privadas.

Instituto Consulplan / CRP - 3ª Região (BA) / 2025



A respeito do regime jurídico atinente às autarquias, analise as afirmativas a seguir.

- I. As autarquias são entidades criadas a partir da técnica da descentralização por colaboração.
- II. A imunidade tributária recíproca é extensiva às autarquias no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
- III. Os bens pertencentes às autarquias são considerados bens públicos.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) I e II.
- C) I e III.
- D) II e III.

Instituto Consulplan - 2024 - Promotor de Justiça (MPE SC)



O princípio da eficiência foi introduzido na Constituição pela Emenda Constitucional nº 19/1998.

O princípio da impessoalidade traduz a ideia de que os entes da Administração não se confundem nem se identificam com as pessoas que, em dado momento, estejam investidas em função de mando, cujas atuações não podem dirigir-se à satisfação de interesses pessoais ou de grupos episodicamente relacionados com o poder ou ser manipuladas com o objetivo de prejudicar quem quer que seja. O princípio da impessoalidade somente se aplica à Administração Pública direta, não sendo aplicável à Administração Pública indireta.

Os cinco princípios básicos da administração pública estão presentes no Art. 37 da Constituição Federal de 1988 e condicionam o padrão que as organizações administrativas devem seguir. Nesse diapasão, analise a afirmativa a seguir:

“O âmago desse princípio é a busca de produtividade, economicidade, qualidade, celeridade, presteza, desburocratização e flexibilização e, o que é mais importante, a exigência de reduzir os desperdícios de dinheiro e recursos públicos, o que impõe a execução de serviços com presteza, perfeição e rendimento funcional.”

O conceito apresentado refere-se ao princípio da

- A eficiência.
- B legalidade.
- C moralidade.
- D impessoalidade.

Instituto Consulplan - 2023 - Auxiliar (CM Santos Dumont)/Legislativo



Sobre os princípios administrativos, analise as afirmativas a seguir.

I. O princípio da impessoalidade pode ser analisado também sob os aspectos do dever de atendimento ao interesse público e no sentido de que a atividade administrativa seja imputada ao órgão ou entidade e não ao próprio agente.

II. Pelo princípio da razoabilidade, há proibição do excesso do Poder Público.

III. Através do princípio da autotutela, a Administração Pública pode rever os próprios atos, seja revogando-os quando ilegais, ou anulando-os, quando inconvenientes ou inoportunos.

Está correto o que se afirma apenas em

A II.

B I e II.

C I e III.

D II e III.

Instituto Consulplan - 2023 - Notário e Registrador (TJ MA)/Remoção



A atuação do Poder Público depende da aplicação de um conjunto de regras e princípios que regem suas atividades. Trata-se do regime jurídico concernente ao exercício da função administrativa. Nesta toada, no que tange aos princípios aplicáveis à administração pública, assinale a afirmativa correta.

A A inserção da eficiência administrativa no caput do Art. 37 da Constituição Federal ocorreu em uma pretensão de superação da administração pública gerencial, passando para uma administração pública burocrática e autônoma.

B Em atenção à crise da legalidade, tanto funcional quanto estrutural, atualmente pode-se entender a legalidade de maneira mais ampla, dentro de uma ideia de juridicidade, englobando todo o direito e não só as leis em sentido formal.

C O regime jurídico aplicável à administração pública é invariavelmente o de direito público, devido à verticalidade nas relações travadas pelo Poder Público e decorrente do princípio da supremacia do interesse público sobre o particular.

D A moralidade administrativa, que acaba por se confundir com a moral comum, encontra-se associada a comportamentos pautados na boa-fé e na honestidade. Este princípio tem aplicação relativizada no que tange à atuação dos agentes políticos.

Quanto aos princípios expressos e implícitos da administração pública, considerando o conceito de regime jurídico- -administrativo, assinale a afirmativa correta.

A A especialidade é o princípio sinônimo de hierarquia e que serve à ordenação dos serviços públicos dentro da estrutura dos órgãos públicos.

B A administração pública sujeita-se a princípios expressos e implícitos e, havendo conflito entre eles, deve se priorizar aqueles em detrimento destes.

C Os princípios da administração pública formam uma cadeia de valores estruturada em graus, de tal modo que alguns princípios são hierarquicamente superiores a outros.

D O princípio da razoabilidade, que se refere à adequação entre meios e fins, é também chamado de princípio da legalidade e destina-se à limitação da discricionariedade administrativa.

E Um dos princípios que caracterizam o regime jurídico-administrativo é o da indisponibilidade dos bens e interesses públicos e dele decorrem as sujeições aplicáveis ao poder público, tal qual a exigência de licitação.

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Instituto Consulplan / HEMOBRÁS / 2025



Com base em conhecimentos de Administração Pública direta e indireta, assinale a afirmativa correta.

- A) As categorias de entidades compreendidas na Administração indireta são dotadas de personalidade jurídica de direito privado.
- B) Entende-se por Administração direta, exclusivamente, os serviços integrados da estrutura administrativa da Presidência da República (Poder Executivo).
- C) As sociedades de economia mista, cujas atividades estiverem sob regime de monopólio estatal, terão maioria acionária de propriedade da União em caráter permanente.
- D) As empresas públicas poderão ter personalidade jurídica de direito privado ou de direito público, a depender das motivações que levaram o governo a explorar a atividade econômica: se por força de contingência ou de conveniência administrativa.

Instituto Consulplan / Câmara de Araraquara - SP / 2025



Sobre a descentralização administrativa na Administração Pública, analise as afirmativas a seguir.

- I. A descentralização administrativa não se dá apenas por outorga. É possível que entes políticos transfiram para uma pessoa jurídica autônoma o exercício de parte de suas atribuições por meio de contrato. Nesse caso, dão origem às chamadas delegatárias, compostas pelas concessionárias e permissionárias.
- II. As autarquias têm a mesma personalidade jurídica atribuída ao ente político, sendo, portanto, entidade de direito público. Elas possuem prerrogativas próprias de um ente estatal, além de se submeterem a sujeições decorrentes do regime jurídico administrativo.
- III. Sociedades de economia mista e empresas públicas são regidas por normas de direito privado, já que são meios de interferência do Estado na economia, como se o poder público empresário fosse.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) II e III, apenas.

Entende-se por Administração Indireta o conjunto de pessoas jurídicas que, vinculadas à Administração Direta, têm competência para o exercício, de forma descentralizada, de atividades administrativas. A Administração Indireta é composta por autarquia, fundação pública, sociedade de economia mista e empresa pública. Sobre as referidas entidades, assinale a afirmativa

INCORRETA.

- A) As entidades da Administração Indireta são desprovidas de autonomia política.
- B) O fenômeno jurídico que faz nascer os entes da Administração Indireta é a descentralização administrativa por outorga, instrumentalizada por meio de lei específica.
- C) Somente a União e os Estados poderão, por meio de lei específica, criar autarquias e autorizar a criação de fundações públicas, sociedades de economia mista e empresas públicas.
- D) As entidades da Administração Indireta são influenciadas pelo Princípio da Especialidade, que reflete a ideia de descentralização administrativa, em que se criam entidades para o desempenho de finalidades específicas.

E) O nascimento da autarquia se dá diretamente por lei específica, ao passo que as demais entidades da Administração Indireta somente são autorizadas pela lei, visto que o nascimento se dá com o registro em cartório de seu ato constitutivo (estatuto ou contrato social).

Instituto Consulplan - 2023 - Analista do Executivo (SEGER ES)/Administração



A Reforma Administrativa de 1967 (Decreto-Lei nº 200) estabeleceu os princípios fundamentais, com a preocupação maior de diminuir o tamanho da máquina estatal, simplificar os procedimentos administrativos e, conseqüentemente, reduzir as despesas causadoras do déficit público. São considerados princípios fundamentais da administração pública, EXCETO:

- A Coordenação.
- B Planejamento.
- C Descentralização.
- D Centralização de controle.
- E Delegação de competência.

Art. 6º As atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes **princípios fundamentais**:

I - **Planejamento**.

II - **Coordenação**.

III - **Descentralização**.

IV - **Delegação de Competência**.

V - **Contrôle**.

Instituto Consulplan - 2023 - Agente em Atividades Administrativas (SEAS RO)



Sobre os conceitos de administração pública direta e indireta, centralizada e descentralizada, assinale a afirmativa correta.

- A A administração centralizada pode ser direta ou indireta.
- B A administração indireta é uma descentralização administrativa.
- C A descentralização política é um exemplo de administração indireta.
- D A delegação de serviços ao particular é forma de administração direta.
- E A administração indireta é uma espécie de descentralização por colaboração.

Instituto Consulplan - 2023 - Agente em Atividades Administrativas (SEAS RO)



Considerando noções de organização administrativa e as regras constitucionais aplicáveis à administração pública, é correto afirmar que a Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social – SEAS/RO

A remunera seus agentes públicos por subsídio; já que estes são empregados públicos.

B é um órgão público da administração direta; logo, integra a estrutura do próprio ente federativo.

C possui quadro próprio de servidores; portanto, pode definir a remuneração desses agentes por Portaria.

D passará a ter personalidade jurídica de direito privado, se for transformada em autarquia de assistência social.

E subdivide-se em departamentos internos que podem se constituir de órgãos subalternos ou entidades administrativas.

Instituto Consulplan - 2023 - Oficial do Ministério Público (MPE MG)



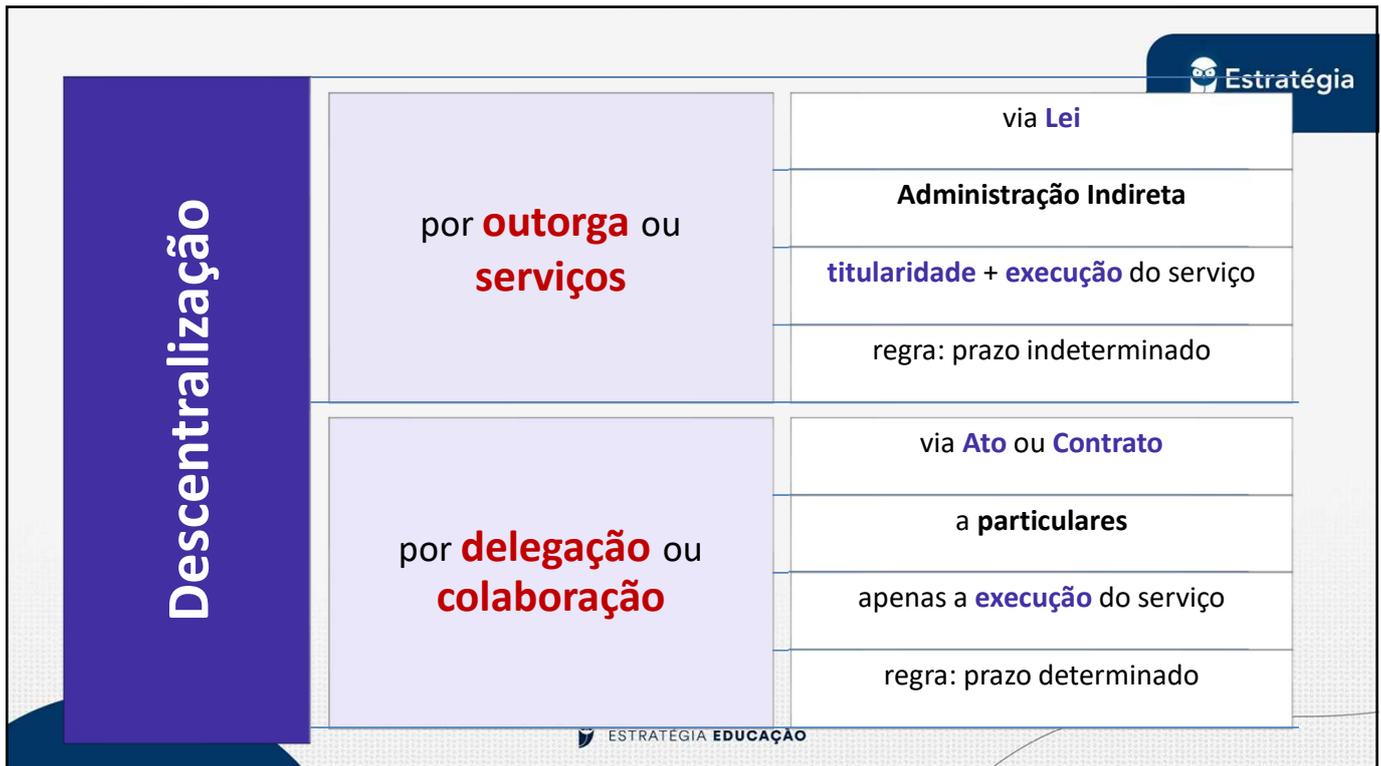
Para o atendimento dos interesses da coletividade, o Estado pode se organizar administrativamente de diferentes formas. No caso em que a atividade estatal é realizada por meio de órgão público que se subdivide em órgãos menores, todos integrantes da estrutura administrativa interna do ente da federação, é correto afirmar que:

A O serviço público é prestado de forma direta e desconcentrada.

B A descentralização administrativa decorre de outorga verticalizada de serviços.

C O órgão de maior hierarquia denomina-se entidade administrativa personificada.

D A existência de órgãos de menor hierarquia denomina-se concentração administrativa.



121

Instituto Consulplan - 2023 - Assistente Contábil - Recursos Humanos (CM Tremembé)

Determinado município, diante da necessidade de melhoria da prestação do serviço público de tratamento de água e esgoto, decide criar, por meio de lei específica, uma nova pessoa jurídica de direito público, que ficará encarregada da prestação especializada de tal atividade. De acordo com o enunciado, podemos afirmar que houve a descentralização da prestação do serviço público com a criação de uma

A autarquia.
 B empresa pública.
 C fundação pública.
 D sociedade economia mista.

ESTRATÉGIA EDUCAÇÃO

122

Quando uma entidade é dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio, criação autorizada por lei para a exploração de atividade econômica ou serviço, com participação do poder público e de particulares em seu capital e em sua administração denomina-se:

- A Fundação.
- B Autarquia.
- C Empresas Pública.
- D Sociedade de economia mista.

OBRIGADO

Prof. Antonio Daud

Orçamento Público

Prof. Leandro Ravyelle

125



Leandro Ravyelle

Professor de Administração Financeira e Orçamentária



126

ANALISTA EDUCACIONAL (ANE) - Administrativo/Pedagógico



Noções de planejamento e execução orçamentária e financeira.

1. CONSULPLAN Pref Macaíba 2022



Sobre Orçamento Público, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) É um instrumento de viabilização do planejamento do governo.
- b) É elaborado e executado de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal.
- c) Nele, a ênfase está na constante busca de promover a maior arrecadação possível de tributos e contribuições.
- d) Trata-se de um instrumento efetivo de programação, de modo a possibilitar a implantação da avaliação das ações.

2. CONSULPLAN SESPA 2023

Os tipos de orçamentos públicos são categorizados pela doutrina com base no grau de envolvimento dos Poderes constituídos no ciclo orçamentário e no nível de poder na decisão de alocação dos recursos públicos. No Brasil, considerando o regramento vigente, pode-se afirmar que o orçamento público é do tipo:

- a) Misto.
- b) Popular.
- c) Executivo.
- d) Legislativo.
- e) Compartilhado.

CICLO REDUZIDO



3. CONSULPLAN SESPA 2023

“Técnica precária de elaboração orçamentária, cuja principal finalidade era permitir o controle político do parlamento sobre os gastos do Executivo, através de um enfoque primordialmente contábil. Neste modelo, adotavam-se as classificações necessárias apenas para instrumentalizar o controle da despesa, quais sejam: institucional e por objeto de gasto. O orçamento não tinha qualquer intenção de interferir na economia ou no bem-estar social.” O trecho anterior se refere ao:

- a) PART.
- b) GPRA.
- c) Orçamento tradicional.
- d) Orçamento por resultados.
- e) Orçamento de desempenho.

ORÇAMENTO-PROGRAMA

ORÇAMENTO TRADICIONAL

ORÇAMENTO-PROGRAMA

1. O processo orçamentário é dissociado dos processos de planejamento e programação.	1. O orçamento é o elo entre o planejamento e as funções executivas da organização.
2. A alocação de recursos visa à aquisição de meios.	2. A alocação de recursos visa à consecução de objetivos e metas.
3. As decisões orçamentárias são tomadas tendo em vista as necessidades das unidades organizacionais.	3. As decisões orçamentárias são tomadas com base em avaliações e análises técnicas das alternativas possíveis.
4. Na elaboração do orçamento são consideradas as necessidades financeiras das unidades organizacionais.	4. Na elaboração do orçamento são considerados todos os custos dos programas, inclusive os que extrapolam o exercício.
5. A estrutura do orçamento dá ênfase aos aspectos contábeis de gestão.	5. A estrutura do orçamento está voltada para os aspectos administrativos e de planejamento.
6. Principais critérios classificatórios: unidades administrativas e elementos.	6. Principal critério de classificação: funcional-programático.
7. Inexistem sistemas de acompanhamento e medição do trabalho, assim como dos resultados.	7. Utilização sistemática de indicadores e padrões de medição do trabalho e dos resultados.
8. O controle visa avaliar a honestidade dos agentes governamentais e a legalidade no cumprimento do orçamento.	8. O controle visa avaliar a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações governamentais.

ORÇAMENTO-PROGRAMA

OBJETIVOS E PROPÓSITOS	perseguidos pela instituição e para cuja execução são utilizados os recursos orçamentários
PROGRAMAS	instrumento de integração dos esforços governamentais com o intuito de concretizar os objetivos
OS CUSTOS DOS PROGRAMAS	meios e insumos necessários para a obtenção dos resultados
MEDIDAS DE DESEMPENHO	medir as realizações (produto final) e os esforços despendidos na execução dos programas

133

4. CONSULPLAN CFC 2023

Ao longo dos anos, o orçamento público evoluiu e com ele a necessidade do acompanhamento do desempenho das unidades, para otimização dos recursos e dos serviços. O orçamento que se aplica através de unidades de decisão, cujas necessidades de recursos são avaliadas em pacotes de decisão denomina-se orçamento:

- a) Base zero.
- b) Plurianual dinâmico.
- c) Empresarial estático.
- d) Empresarial dinâmico.

134

5. CONSULPLAN SESPA 2023

A instituição orçamentária precisa ser cercada de princípios e regras com a finalidade de aumentar a consistência no cumprimento de sua principal finalidade política, qual seja, auxiliar o controle parlamentar sobre o governo. Dessa forma, os princípios orçamentários são premissas a serem observadas na elaboração e na execução da Lei Orçamentária. Considerando os princípios do orçamento público, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) Unidade: princípio que revela o caráter prático do orçamento, além de demonstrar interação entre as partes que compõem o todo.
- b) Exclusividade: a Lei Orçamentária deverá conter apenas dispositivos relacionados à fixação das despesas e à previsão das receitas públicas.
- c) Orçamento Bruto: estabelece que todas as receitas e despesas devem constar no orçamento anual com seus valores brutos, isto é, integrais.
- d) Universalidade: o que é essencial para compor o orçamento não pode ficar de fora. Portanto, todas as receitas e todas as despesas devem constar da Lei Orçamentária.
- e) Não Afetação das Receitas: é o garantidor da continuidade das receitas. Dessa forma, ele fica resguardado e, ainda, fica proibida a vinculação de parcela de receita de impostos.

PRINCÍPIOS BASILARES - UNIDADE

- Também é denominado princípio da **totalidade** por ser composto pelos: Orçamento Fiscal; Orçamento de Investimento; Orçamento da Seguridade Social. “*Já não significa a existência de um único documento, mas a integração finalística e a harmonização entre os diversos orçamentos.*” [Ricardo Lobo Torres]
- O princípio da unidade orçamentária, **mais recentemente, foi relativamente esvaziado**, passando-se a admitir a existência de orçamentos setoriais, que, afinal, podem ser consolidados em um único documento que permita a visão geral do conjunto das finanças públicas.
- O que ocorreu com o princípio da unidade, ao longo dos anos, foi uma remodelagem pela doutrina
- De acordo com o princípio da unidade, os programas e projetos devem ser estabelecidos em um único sistema ou método orçamentário, ainda que não haja unidade documental.
- Determina que a lei orçamentária seja uma só, a fim de permitir uma análise global, proporcionando um controle mais efetivo.

PRINCÍPIOS BASILARES - ANUALIDADE



- art. 2º da Lei no 4.320/1964
- delimita o exercício financeiro orçamentário: período ao qual a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA irão se referir
- art. 34 da Lei nº 4.320/1964, o exercício financeiro coincidirá com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano
- a **doutrina** majoritária defende que o fato do exercício financeiro coincidir ou não com o ano civil não afeta o princípio da anualidade
- A autorização periódica do Parlamento permite, dessa forma, a revisão e o acompanhamento da dinâmica das contas públicas
- O princípio da anualidade ou periodicidade é *extraído do que dispõem os artigos 165, inciso III, da Constituição da República e 34 da Lei nº 4.320/1964*. Diz que as previsões de receita e despesa devem fazer referência, sempre, a um período limitado de tempo.

PRINCÍPIOS BASILARES - UNIVERSALIDADE



- art. 2º da Lei nº 4.320/ 1964
- a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público
- o orçamento deve considerar todas as receitas e todas as despesas, e nenhuma instituição governamental deve ficar afastada do orçamento
- Indica que todos os valores, independentemente de sua espécie, natureza, procedência ou destinação, deverão estar contidos no orçamento como sendo um plano financeiro global.
- Enquanto o princípio da UNIDADE se relaciona com a FORMA do documento, a UNIVERSALIDADE refere-se ao conteúdo do orçamento.

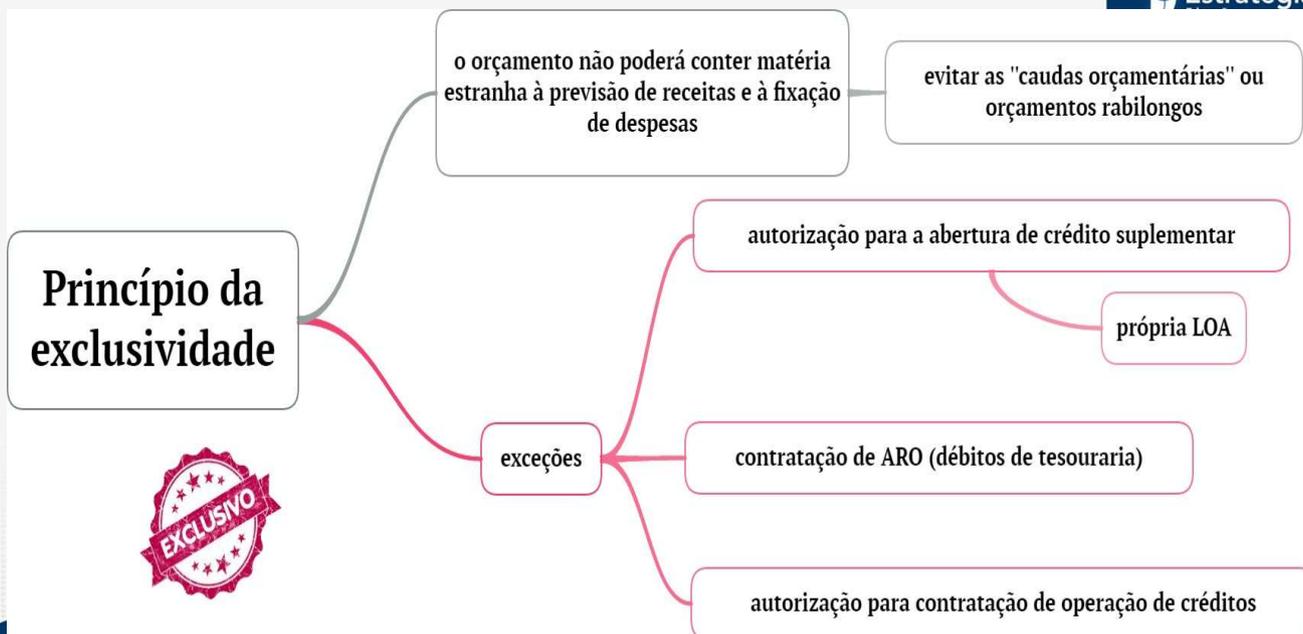
ORÇAMENTO BRUTO

- ❑ Previsto pelo art. 6º da Lei no 4.320/ 1964, obriga registrarem-se receitas e despesas na LOA pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções.
- ❑ Tanto o princípio da universalidade como o do Orçamento Bruto contêm "todas as receitas e todas as despesas". A diferença consiste em que apenas o Orçamento Bruto contém a expressão pelos seus totais. Este princípio clássico surgiu juntamente com o da universalidade, visando ao mesmo objetivo.
- ❑ O princípio do orçamento bruto constitui um pressuposto básico do princípio da universalidade.
- ❑ *“As cotas de receita que uma entidade pública deva transferir a outra incluir-se-ão, como despesa, no orçamento da entidade obrigada à transferência e, como receita, no orçamento da que as deva receber”.*

EXCLUSIVIDADE

- ✓ Também conhecido como princípio da **PUREZA** e previsto no § 8º do art. 165 da Constituição Federal
- ✓ A LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.
- ✓ **EXCEÇÕES: a autorização para abertura de crédito suplementar e a contratação de operações de crédito, nos termos da lei.**
- ✓ A autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação da receita (aro ou outra operação de crédito). a autorização da LOA não se aplica a todos os créditos adicionais; aplica-se somente a uma de suas espécies: os créditos suplementares.

PRINCÍPIOS BASILARES - EXCLUSIVIDADE



PRINCÍPIO DA NÃO VINCULAÇÃO

- CF, art. 167, IV e § 4º.
- É vedada a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas as determinadas pela CF.
 - Ressalvas**
 - Repartição** constitucional das receita
 - Manutenção do **ensino**;
 - Garantia ou contragarantia** à União e para pagamento de débitos para com esta.
 - Implementação da **saúde**;
 - Realização de atividades da **administração tributária**;
 - Vinculação de verbas **federais, estaduais e municipais a Fundos de Combate e Erradicação da Pobreza**. [ADCT Art. 82]
 - Vinculação de verbas **estaduais a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica tecnológica**. [CF, Art. 218, § 5º]
 - Vinculação de verbas **estaduais a programas de apoio à inclusão e promoção social**, até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida [Art. 204, Parágrafo único]
 - Vinculação de verbas **estaduais a fundo estadual de fomento à cultura**, até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para fins de financiar **programas e projetos culturais** [Art. 216, § 6º].

PRINCÍPIO DA ESPECIFICAÇÃO

- ✓ **ESPECIFICAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO OU DISCRIMINAÇÃO;**
- ✓ **opõe-se** à inclusão de **valores globais, de forma genérica**, ilimitados e sem discriminação, e ainda, o início de programas ou projetos não incluídos na LOA;
- ✓ exige o detalhamento das projeções de receitas e despesas;
- ✓ art. 5º da Lei nº 4.320/1964: "*a lei de orçamento não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras, ressalvado o disposto no art. 20 e seu parágrafo único*".
- ✓ confere maior transparência ao processo orçamentário, possibilitando a fiscalização parlamentar, dos órgãos de controle e da sociedade, inibindo o excesso de flexibilidade na alocação dos recursos pelo poder executivo;
- ✓ Visa a identificação e especifica de das receitas e despesas estabelecidas na LOA, não sendo possível a adoção de dotações genéricas;
- ✓ **Exceções: programas especiais de trabalho e reserva de contingência**

6. CONSULPLAN MPE PA 2022

Sobre a estrutura programática do processo de orçamentação, analise as afirmativas a seguir.

I. O Plano Plurianual (PPA) apresenta quatro pilares em sua construção: simplificação metodológica; realismo fiscal; integração entre planejamento e avaliação; e, visão estratégica com foco em resultados.

II. A metodologia do Plano Plurianual (PPA) compreende três dimensões: estratégica; tática; e, operacional. Na dimensão operacional, estão as ações orçamentárias e não-orçamentárias.

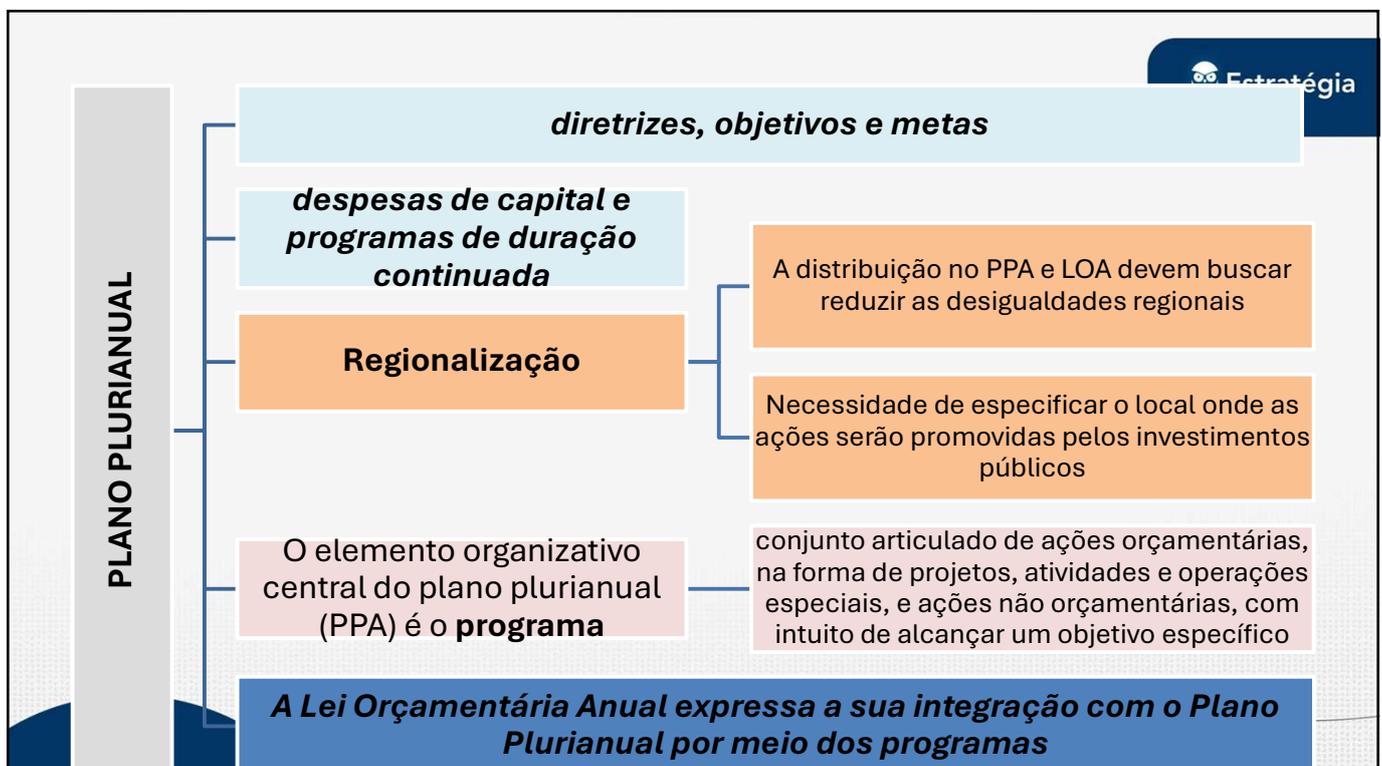
6. CONSULPLAN MPE PA 2022

III. Entende-se por programa a categoria que articula um conjunto de ações suficientes para enfrentar um problema. Seu desempenho deve ser passível de aferição.

IV. A ótica de organização governamental, integrando planejamento e orçamento, está consubstanciada na ligação das ações orçamentárias e não-orçamentárias diretamente aos novos programas. Portanto, o produto de uma ação, como resultado, deve visar a concretização/realização dos objetivos pretendidos nos programas.

Está correto o que se afirma em

a) I, II, III e IV. b) I e III, apenas. c) II, e IV, apenas. d) I, II e IV, apenas.



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)

LDO

Metas e Prioridades

Estabelece as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública

Orienta a elaboração da lei orçamentária anual

Dispõe sobre as alterações na legislação tributária

Política de aplicação das **agências financeiras oficiais de fomento**

Trata da política de despesas com pessoal (art. 169 da CF)

Estabelece os limites para as propostas orçamentárias dos demais Poderes

ESTRATÉGIA EDUCAÇÃO

147

LDO – LRF

 Estratégia Educação

equilíbrio entre receitas e despesas

critérios e forma de **limitação de empenho**

normas relativas ao **controle** de custos e à **avaliação** dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos

condições e exigências para **transferências** de recursos a entidades públicas e privadas.

ESTRATÉGIA E

148

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)



- Os orçamentos fiscal e investimentos terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.
- O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- A lei orçamentária anual poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)



- As leis **PPA, LDO e LOA** devem observar, no que couber, os **resultados do monitoramento e da avaliação das políticas públicas** previstos no § 16 do art. 37 desta Constituição.
- Para o **cumprimento de dispositivos que estabeleçam metas fiscais ou limite de execução de despesas**, o **Poder Executivo poderá reduzir ou limitar**, na elaboração e na execução das leis orçamentárias, **as despesas com a concessão de subsídios, subvenções e benefícios de natureza financeira**, inclusive os relativos a indenizações e restituições por perdas econômicas, observado o ato jurídico perfeito.

(Incluído pela Emenda Constitucional nº 135, de 2024)

7. CONSULPLAN Pref Macaíba 2022

O orçamento anual pode ser alterado por meio de créditos adicionais. Por crédito adicional entendem-se as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária. “Uma determinada atividade do orçamento anual da Secretaria de Saúde precisará de reforço de dotação orçamentária no elemento de despesa ‘material de consumo’, já existente no orçamento, para compra de uma quantidade maior de insumos hospitalares, do que planejado inicialmente. O gestor irá anular o saldo orçamentário de uma dotação e transferir para o elemento de despesa ‘material de consumo’ o valor de R\$ 500.000,00.” Que tipo de crédito adicional destina a atender ao reforço de dotação orçamentária existente na Lei do Orçamento Anual?

- Especial.
- Suplementar.
- Extraordinário.
- Excesso de arrecadação.

CRÉDITOS ADICIONAIS

SUPLEMENTARES	ESPECIAIS	EXTRAORDINÁRIOS
AUTORIZADOS POR LEI E ABERTOS POR DECRETO		
NECESSITA DE JUSTIFICATIVA E INDICAÇÃO DA FONTE DE RECURSOS		
SE SUJEITA À ANUALIDADE	EXCEÇÃO À ANUALIDADE → SE O ATO DE PROMULGAÇÃO FEITO NOS ÚLTIMOS QUATRO MESES DO EXERCÍCIO (DE SETEMBRO EM DIANTE)	
DESTINADO A REFORÇO DE DOTAÇÃO	DESTINADO A DESPESAS NÃO PREVISTAS NO ORÇAMENTO (DESPESAS NOVAS) → DESPESAS PARA AS QUAIS NÃO HAJA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ESPECÍFICA	DESPESAS IMPREVISÍVEIS E URGENTES ABERTOS POR DECRETO → GOVERNO FEDERAL (MEDIDA PROVISÓRIA)
LIMITADOS A DETERMINADO VALOR OU PERCENTUAL DEFINIDO NA LOA	DESTINADOS A DESPESAS PARA AS QUAIS NÃO HAJA SUBTÍTULO NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL	INDEPENDEM DA INDICAÇÃO DA FONTE DE RECURSOS
NA ABERTURA PODERÃO SER INCLUÍDOS NOVOS GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA, OBSERVADA A FINALIDADE DA AÇÃO	REFORÇO DE ESPECIAL → NOVO ESPECIAL	INDEPENDEM DE AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA
		REFORÇO DE EXTRAORDINÁRIO → NOVO EXTRAORDINÁRIO

FONTE	DEDUÇÃO
o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior	os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas
os provenientes de excesso de arrecadação	considerando-se, ainda, a tendência do exercício e deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.
os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei	
o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las	
reserva de contingência	
os recursos decorrentes de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual	somente para créditos suplementares e especiais, mediante prévia autorização legislativa
reserva do regime próprio de previdência do servidor – RPPS <i>(*a abertura de créditos adicionais com o objetivo de atender a compromissos desse regime. Assim, é uma fonte específica para atender ao RPPS, que não pode ser utilizada em outras situações.)</i>	

AFO
Prof. Leandro Ravyelle

153

8. CONSULPLAN Pref Macaíba 2022



Sobre Receita Pública, assinale a afirmativa INCORRETA.

- Ingressos extraorçamentários são recursos financeiros de caráter temporário.
- Em sentido estrito, chamam-se públicas apenas as receitas extraorçamentárias.
- A classificação da receita orçamentária é de utilização obrigatória para todos os entes da Federação.
- Receitas orçamentárias são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício e que aumentam o saldo financeiro da instituição.

154

RECEITAS PÚBLICAS

Lei nº 4.320/1964

Art. 3º A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.

Parágrafo único. Não se consideram para os fins deste artigo as operações de crédito por antecipação da receita, as emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias, no ativo e passivo financeiros. [...]

Art. 57. Ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 3º desta lei serão classificadas como receita orçamentária, sob as rubricas próprias, todas as receitas arrecadadas, inclusive as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no Orçamento.

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I - as receitas nele arrecadadas;

9. CONSULPLAN CFC 2022

Paulo, professor de Contabilidade Pública, alertou seus alunos para estudarem a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, principalmente em relação à classificação das receitas públicas, suas origens e detalhamento das categorias econômicas, com vistas a identificar a procedência das receitas no momento em que ingressam nos cofres públicos, informando ainda que:

- *As Receitas Públicas Orçamentárias são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício e que aumentam o saldo financeiro da instituição; e,*
- *A Lei nº 4.320/1964 classifica as Receitas Orçamentárias por Categoria Econômica em: Receitas Correntes e Receitas de Capital. Considerando o exposto, assinale a alternativa que representa uma origem de Receita de Capital.*

- Alienação de Bens.
- Receita de Serviços.
- Receita Patrimonial.
- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria.

CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA

A	B	C	D	EE	F	G
Categoria Econômica	Origem	Espécie	Desdobramento para identificação de peculiaridades da receita			Tipo

ORIGEM

- A origem é o **detalhamento** das categorias econômicas Receitas Correntes e Receitas de Capital, com **vistas a identificar a procedência das receitas no momento em que ingressam** nos cofres públicos.
- Fato gerador → ocorre quando da subsunção do fato, no mundo real, à norma jurídica
- Todo o processo decorre da existência da **Receita Orçamentária Propriamente Dita**

ORIGEM

Categoria Econômica (1º Dígito)	Origem (2º Dígito)
1. Receitas Correntes 7. Receitas Correntes Intraorçamentárias	1. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 2. Contribuições 3. Receita Patrimonial 4. Receita Agropecuária 5. Receita Industrial 6. Receita de Serviços 7. Transferências Correntes 9. Outras Receitas Correntes
2. Receitas de Capital 8. Receitas de Capital Intraorçamentárias	1. Operações de Crédito 2. Alienação de Bens 3. Amortização de Empréstimos 4. Transferências de Capital 9. Outras Receitas de Capital

VISÃO GERAL

Origem	Espécie	Código
1. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1. Impostos	A partir de 1.1.1.0.00.0.0
	2. Taxas	A partir de 1.1.2.0.00.0.0
	3. Contribuições de Melhoria	A partir de 1.1.3.0.00.0.0

2. Receita de Contribuições ¹⁶	1. Sociais	A partir de 1.2.1.0.00.0.0
	2. Econômicas	A partir de 1.2.2.0.00.0.0
	3. Para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	A partir de 1.2.3.0.00.0.0
	4. Para Custeio de Iluminação Pública	A partir de 1.2.4.0.00.0.0
3. Receita Patrimonial	1. Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	A partir de 1.3.1.0.00.0.0
	2. Valores Mobiliários	A partir de 1.3.2.0.00.0.0
	3. Concessões/Permissões/Autorização ou Licença	A partir de 1.3.3.0.00.0.0
	4. Exploração de Recursos Naturais	A partir de 1.3.4.0.00.0.0
	5. Exploração do Patrimônio Intangível	A partir de 1.3.5.0.00.0.0
	6. Cessão de Direitos	A partir de 1.3.6.0.00.0.0
	9. Demais Receitas Patrimoniais	A partir de 1.3.9.0.00.0.0
4. Receita Agropecuária	1. Agropecuária	A partir de 1.4.1.0.00.0.0

161

5. Receita Industrial	1. Industrial	A partir de 1.5.1.0.00.0.0
6. Receita de Serviços	1. Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	A partir de 1.6.1.0.00.0.0
	2. Serviços e Atividades referentes à Navegação e ao Transporte	A partir de 1.6.2.0.00.0.0
	3. Serviços e Atividades referentes à Saúde	A partir de 1.6.3.0.00.0.0
	4. Serviços e Atividades Financeiras	A partir de 1.6.4.0.00.0.0
	9. Outros Serviços	A partir de 1.6.9.0.00.0.0
7. Transferências Correntes	1. Transferências da União e de suas Entidades	A partir de 1.7.1.0.00.0.0
	2. Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	A partir de 1.7.2.0.00.0.0
	3. Transferências dos Municípios e suas Entidades	A partir de 1.7.3.0.00.0.0
	4. Transferências de Instituições Privadas	A partir de 1.7.4.0.00.0.0
	5. Transferências de Outras Instituições Públicas	A partir de 1.7.5.0.00.0.0
	6. Transferências do Exterior	A partir de 1.7.6.0.00.0.0
	9. Demais Transferências Correntes	A partir de 1.7.9.0.00.0.0

162

9. Outras Receitas Correntes	1. Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	A partir de 1.9.1.0.00.00
	2. Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	A partir de 1.9.2.0.00.0.0
	3. Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	A partir de 1.9.3.0.00.0.0
	4. Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	A partir de 1.9.4.0.00.0.0
	9. Demais Receitas Correntes	A partir de 1.9.9.0.00.0.0

Categoria Econômica, Origens e Espécies das Receitas de Capital			
Categoria Econômica	Origem	Espécie	Código
2. Receitas de Capital 8. Receitas de Capital Intraorçamentárias	1. Operações de Crédito	1. Internas	A partir de 2.1.1.0.00.0.0
		2. Externas	A partir de 2.1.2.0.00.0.0
	2. Alienação de Bens	1. Bens Móveis	A partir de 2.2.1.0.00.0.0
		2. Bens Imóveis	A partir de 2.2.2.0.00.00
		3. Bens Intangíveis	A partir de 2.2.3.0.00.00
	3. Amortização de Empréstimos	1. Amortizações de Empréstimos	A partir de 2.3.1.0.00.0.0
	4. Transferências de Capital	1. Transferências da União e de suas Entidades	A partir de 2.4.1.0.00.0.0
		2. Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	A partir de 2.4.2.0.00.0.0
		3. Transferências dos Municípios e suas Entidades	A partir de 2.4.3.0.00.0.0
		4. Transferências de Instituições Privadas	A partir de 2.4.4.0.00.0.0
		5. Transferências de Outras Instituições Públicas	A partir de 2.4.5.0.00.0.0
		6. Transferências do Exterior	A partir de 2.4.6.0.00.0.0
		9. Demais Transferências de Capital	A partir de 2.4.9.0.00.0.0
	9. Outras Receitas de Capital	1. Integralização do Capital Social	A partir de 2.9.1.0.00.0.0
		2. Resultado do Banco Central	A partir de 2.9.2.0.00.0.0
		3. Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	A partir de 2.9.3.0.00.0.0
4. Resgate de Títulos do Tesouro		A partir de 2.9.4.0.00.0.0	
9. Demais Receitas de Capital		A partir de 2.9.9.0.00.0.0	

10. CONSULPLAN SESPÁ 2023

Considerando a temática, analise os conceitos a seguir.

I. “Classificam-se como: _____ as dotações destinadas à manutenção de serviços anteriormente criados, destinadas a atender obras de conservação e adaptação de bens imóveis, aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, dentre outras.”

II. “Classificam-se como: _____ as dotações destinadas ao planejamento e à execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos, softwares e material, além de constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.”

Assinale a associação correta.

- a) I. Receitas Correntes – Receitas Tributárias II. Despesas de Capital – Investimentos
- b) I. Receitas Correntes – Receita Patrimonial II. Receitas de Capital – Operações de Crédito
- c) I. Despesas Correntes – Outras Despesas Correntes II. Despesas de Capital – Investimentos
- d) I. Despesas Correntes – Encargos e Juros da Dívida II. Despesas de Capital – Inversões Financeiras
- e) I. Despesas Correntes – Transferências Correntes II. Despesas de Capital – Transferências de Capital

Lei nº 4.320/64

Art. 12. A despesa será classificada nas seguintes categorias econômicas:

DESPESAS CORRENTES

Despesas de Custeio

Transferências Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos

Inversões Financeiras

Transferências de Capital

Lei nº 4.320/64

§ 1º Classificam-se como **Despesas de Custeio** as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

§ 2º Classificam-se como **Transferências Correntes** as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.

CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	CUSTEIO	as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado

Lei nº 4.320/64



§ 4º Classificam-se como **investimentos** as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

§ 5º Classificam-se como **Inversões Financeiras** as dotações destinadas a:

- I - aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização;
- II - aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital;
- III - constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	
DESPESAS DE CUSTEIO	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS
pessoa civil	obras públicas	aquisição de imóveis
pessoal militar	serviços em regime de programação especial	participação em constituição ou aumento de capital de empresas ou entidades comerciais ou financeiras
material de consumo	equipamentos e instalações	aquisição de títulos representativos de capital de empresa em funcionamento
serviços de terceiros	material permanente	constituição de fundos rotativos
encargos diversos	participação em constituição ou aumento de capital de empresas ou entidades industriais ou agrícolas	concessão de empréstimos
		diversas inversões financeiras
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	
subvenções sociais	amortização da dívida pública	
subvenções econômicas inativos pensionistas	auxílios para obras públicas	
	auxílios para equipamentos e instalações	
	auxílios para inversões financeiras	
salário família e abono familiar	outras contribuições.	
juros da dívida pública		
contribuições de previdência social		
diversas transferências correntes.		

CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA DE DESPESA

Grupo de Natureza de Despesa	Elemento de Despesa
1 – Pessoal e Encargos Sociais	01 – Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas 03 – Pensões 04 – Contratação por Tempo Determinado 11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 13 – Obrigações Patronais 16 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil 17 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Militar
2 – Juros e Encargos da Dívida	21 – Juros sobre a Dívida por Contrato 22 – Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato 23 – Juros, Deságios e Descontos da Dívida Mobiliária 24 – Outros Encargos sobre a Dívida Mobiliária
3 – Outras Despesas Correntes	30 – Material de Consumo 32 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 33 – Passagens e Despesas com Locomoção 35 – Serviços de Consultoria 36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física 37 – Locação de Mão-de-Obra 38 – Arrendamento Mercantil 39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica

171

CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA DE DESPESA

4 – Investimentos	30 – Material de Consumo 33 – Passagens e Despesas com Locomoção 40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica 51 – Obras e Instalações 52 – Equipamentos e Material Permanente 61 – Aquisição de Imóveis
5 – Inversões Financeiras	61 – Aquisição de Imóveis 63 – Aquisição de Títulos de Crédito 64 – Aquisição de Títulos Representativos Capital já Integralizado
6 – Amortização da Dívida	71 – Principal da Dívida Contratual Resgatado 72 – Principal da Dívida Mobiliária Resgatado 73 – Correção Monetária ou Cambial da Dívida Contratual Resgatada

172



Professor Leandro Ravyelle



 @profleandroravyelle

 <https://t.me/afoprofravyelle>

 Prof. Leandro Ravyelle
profleandroRavyelle

Cargo atual:
Analista Judiciário → TRF5

Aprovações:

- **Analista** Judiciário TRF5 (**6°** lugar)
- **3°** → Banco do Brasil (EDITAL 2014)
- **22°** → TJBA **Técnico** Área Administrativa
- **35°** → TRF1 para **Analista** Judiciário – Administrativa
- **92°** → TRF5 (Técnico Área Administrativa)
- Aprovado na SEDUC/CE – Professor

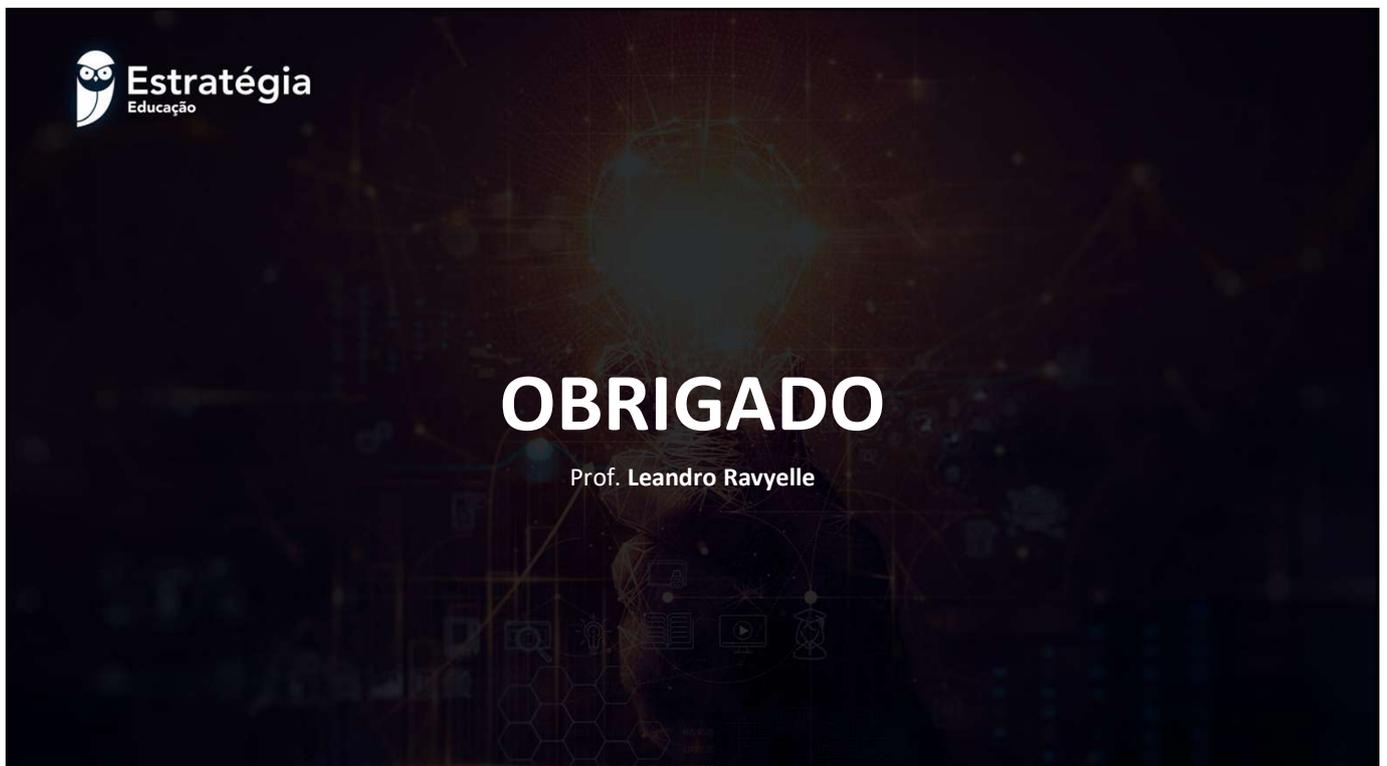


173



OBRIGADO

Prof. Leandro Ravyelle



174



175



176